



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Diligência em São Paulo	Nº: 000974/01	DATA: 19/09/01
INÍCIO: 13:58	TÉRMINO: 20:26	DURAÇÃO: 04:06
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4:10	PÁGINAS: 112	QUARTOS: 52
REVISORES: LUCI, ANTONIO MORGADO, ODILON, ZILFA, MARIA TERESA, MADALENA, WALDECÍRIA, CLÁUDIA CASTRO, ANNA AUGUSTA, TATIANA, SILVIA		
CONCATENAÇÃO: AMANDA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NAGASHI FURUKAWA - Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME - Secretário de Recursos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo. JOSÉ DA SILVA GUEDES - Secretário de Saúde do Estado de São Paulo. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE - Assessor da Diretoria da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo. DEUZEDIR MARTINS - Chefe do 8º Distrito Rodoviário Federal – DNER/SP.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
---------------------------------

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta duas vezes. Reunião realizada em São Paulo, Estado de São Paulo. Há oradores não identificados. Há intervenções ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. A Câmara dos Deputados designou esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar neste País a questão das obras inconclusas, as obras inacabadas, e também a utilização de bens imóveis, que não estão sendo utilizados, ou subutilizados, na Administração Federal. Nós estamos vindo aqui em audiência pública, a este Estado de São Paulo, para fazer um levantamento também **in loco** dos problemas deste Estado. Nós estamos na nossa Comissão com os Deputados João Coser, Norberto Teixeira, Regis Cavalcante, Clovis Volpi, o Relator, Deputado Anivaldo Vale, e eu, como Presidente, Damião Feliciano. Esta reunião foi convocada para ouvirmos o depoimento dos seguintes convidados do Estado de São Paulo: Nagashi Furukawa, Secretário de Administração Penitenciária; João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Agricultura e Abastecimento; Teresa Roserley da Silva, Secretária de Educação; Mauro Guilherme Jardim Arce, Secretário de Energia; José Ricardo Trípoli, Secretário do Meio Ambiente; Antônio Carlos de Mendes Thame, Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; Arioaldo Carmignani, Presidente da Companhia de Saneamento; José da Silva Guedes, Secretário de Saúde; Michael Paul Zeitlin, Secretário de Transportes; Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes, Secretário de Transportes Metropolitanos; Pedro Ricardo Blassioli, Superintendente do DER São Paulo; engenheiro Deuzedir Martins, chefe do 8º Distrito Rodoviário Federal do DNER São Paulo. Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone, para fins de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início às



interpelações. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar o convidado deverão inscrever-se junto à Secretaria. Inicialmente eu queria convidar o Dr. Nagashi Furukawa, Secretário de Administração Penitenciária, para tomar assento à Mesa. Secretário, inicialmente eu passo a palavra a V.Exa. para fazer a exposição inicial, num período de 10 minutos.

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, em termos de obras executadas mediante convênio com a União Federal, eu informo a V.Exas. que não temos uma única obra não acabada ou fora do cronograma. O primeiro convênio, o mais antigo, se destinou à construção de nove penitenciárias em nosso Estado. O início, a data do convênio, foi em 1997. Vou deixar nas mãos de V.Exas. este caderno, onde tem início com um ofício do diretor do Departamento Penitenciário Nacional, dando conta de que todas as obras foram executadas, regularmente recebidas. E, mais ainda, com o produto do rendimento da importância repassada pelo Governo Federal, o Estado de São Paulo conseguiu construir quatro casas para diretores de penitenciárias e mais uma unidade de regime semi-aberto para 216 vagas, além daquilo que estava previsto. E deixo também nas mãos de V.Exas. o comprovante da devolução de R\$781.056,26. A prestação de contas foi apresentada no prazo e ainda está sendo objeto de exame pelo órgão competente do Ministério da Justiça. Os convênios mais recentes dizem respeito às 24 obras que estão em andamento. Também deixo nas mãos de V.Exas. as anotações individuais de todas as obras, com as respectivas informações, o número do convênio, data do início, data do término e também com as fotografias das obras, tendo por base o mês de agosto deste ano. São 24 obras, algumas penitenciárias, centros de detenção provisórios, centros de ressocialização. Dessas 24, cinco já foram inauguradas e



estão em operação, as demais com término previsto ainda para este ano. O primeiro convênio a que me referi, este que já está encerrado, tem um total de obras no valor de R\$109.233.847,10. A contrapartida do Estado foi de R\$25.256.263,10, e o repasse da União, de R\$83.977.584. Não sei se V.Exas. desejam mais algum esclarecimento. Estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer a participação inicial a V.Exa. e passar a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, Relator da Comissão.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Dr. Nagashi, inicialmente eu queria agradecer por ter comparecido aqui a esta Comissão para nos ajudar nesses levantamentos. E, como bem observamos, o senhor, na sua área, na sua Secretaria, não tem nenhuma obra inacabada com recursos federais. Eu queria lhe perguntar se o senhor tem conhecimento, em outras áreas, em outras Secretarias, ou em qualquer outra área do Estado de São Paulo, que tenha uma obra inacabada com recursos federais.

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** - Não, eu não tenho conhecimento, e informo a V.Exa. que eu estou no Governo de São Paulo há um ano e meio e evidentemente eu não tenho conhecimento das obras em todas as áreas.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria ainda merecer a sua consideração em relação à pergunta que vou lhe fazer em relação aos ativos ociosos da União, se o senhor tem conhecimento de algum bem da União que esteja ocioso ou sendo usado inadequadamente.

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Na minha área, garanto a V.Exa...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – E também em outras áreas.



**O SR. NAGASHI FURUKAWA** –...garanto a V.Exa. que não existe absolutamente nada. Nenhum bem da União está sendo utilizado pela minha Secretaria. Em outras áreas eu não conheço.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu agradeço a sua presença uma vez mais. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Secretário, o senhor faz um ano e meio que está no Governo do Estado de São Paulo. Existe, em alguns outros locais, em alguns outros Estados, convênios com penitenciárias, com o sistema penitenciário, bem antigos. Por ordem judicial, ou por alguma irregularidade no TCU, essas obras ficaram paradas. O senhor tem algum conhecimento desses contratos antigos, alguns parados no interior do Estado de São Paulo, em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo?

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Não. No Estado de São Paulo não existe, na minha área, absolutamente nenhuma obra paralisada ou que não esteja dentro do cronograma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Porque antigamente, Secretário, o Ministério fazia convênio com as Prefeituras para construir cadeias públicas, e há muitas no Brasil, hoje, abandonadas. O senhor não tem nenhum conhecimento de alguma cadeia, alguma penitenciária, início de penitenciária, ou casa de albergados abandonados no interior do Estado de São Paulo?

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Eu posso garantir a V.Exa. que, pelo menos no período do Governo Mário Covas, de 1º de janeiro de 95 para cá, não existe nenhuma obra conveniada com a União que não tenha sido terminada.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas e antes do período Mário Covas?

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Não sei, não sei.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor não tem conhecimento?

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixe-me fazer uma pergunta. Tem algumas obras desse convênio último que estão sendo auditadas pelo Tribunal de Contas da União?

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Que está sendo auditada nós não temos nenhuma. Houve uma única obra desse primeiro convênio, que foi chamada na época de desativação da Casa de Detenção, que deu origem à construção de nove penitenciárias, onde houve um pedido de esclarecimentos a respeito de uma obra, salvo engano na cidade de Iperó. Os esclarecimentos foram prestados na época oportuna e acolhidos pelo Tribunal de Contas da União, que considerou o assunto encerrado, porque a pendência foi esclarecida.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu gostaria de agradecer. A Secretaria do senhor tem usado algum terreno da União para construção de penitenciárias, ou precisa ser usado algum terreno para construção de novas penitenciárias?

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Não. Eu não tenho conhecimento de nenhum terreno da União que esteja sendo destinado a esse fim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ou algum terreno, ou algum imóvel da União que o senhor precisa, que o senhor tenha tido conhecimento que



não está abandonado, mas que às vezes pode passar para a Secretaria. O senhor tem algum conhecimento sobre esse imóvel?

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não? Obrigado, Presidente. Obrigado, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer ao Secretário Nagashi Furukawa a sua participação aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer a sua participação e entregar um questionário para que V.Exa. pudesse ajudar a nossa Comissão em algum esclarecimento que por acaso esteja inserido no contexto do questionário, no prazo de quinze dias, para auxiliar o relatório final da nossa Comissão.

**O SR. NAGASHI FURUKAWA** – Pois não. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Vou suspender a sessão por uns cinco minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Reabrindo nossos trabalhos, aproveitamos para convidar para tomar assento à mesa o Sr. Antônio Carlos de Mendes Thame, Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. Inicialmente, eu queria passar a palavra ao Dr. Antônio Carlos de Mendes Thame — só para *(ininteligível)* os nossos colegas, ele é Deputado Federal também, e está no exercício de Secretário de Estado —, para suas exposições iniciais, durante 10 minutos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Boa tarde. Em primeiro lugar quero dizer que venho a este depoimento com muita satisfação, em cumprimento a uma disposição e a uma prerrogativa do Parlamento que considero



das mais relevantes para a consolidação do processo democrático, que é o exercício do poder de fiscalização que deve ter o Poder Legislativo. Por isso quero inicialmente saudar todos os integrantes desta Comissão e dizer que, já na oportunidade, em resposta às indagações, encaminhamos, por intermédio da Casa Civil do Palácio, informações a respeito do objeto desta apuração, informando que o DAEE — Departamento de Águas e Energia Elétrica — não tinha nenhuma obra nas condições citadas. Informamos também que a SABESP não tinha nenhum imóvel que estivesse com qualquer procedimento sob responsabilidade da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da União, nenhuma obra inacabada que tivesse sido ou estivesse sendo financiada com recursos federais, somente obras em andamento ou concluídas. Também informação da CPOS — Companhia Paulista de Obras e Serviços —, informando que jamais recebeu imóvel de propriedade da União e muito menos recursos federais para execução de obras para uso daquela companhia. Por outro lado, nós também temos a nossa própria Secretaria, que é muito pequena — tem apenas noventa funcionários, é uma Secretaria acho que das menores do Estado —, mas realiza eventualmente algumas obras. E também com respeito a ela nós informamos que não tinha nenhuma obra acabada no âmbito da coordenadoria, ou que tivesse recebido recursos federais a qualquer título. E hoje eu gostaria de pedir vênias a este colegiado, a esta Comissão, para juntar, fazer a juntada de um relatório da SABESP com a relação de todas as obras concluídas e obras em execução que tenham sido financiadas, ainda que parcialmente, com recursos do Governo Federal. Portanto, qualquer obra que tivesse recebido totalmente ou parcialmente obras do Governo Federal estão nessa relação. E também a constatação, com isso, de que a SABESP não possui nenhuma obra que esteja inacabada ou paralisada. Por outro lado, estamos também juntando uma relação das





obras que fazem parte de um convênio, Convênio 059/97, firmado entre a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente com a nossa Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, visando a realização de obras de saneamento ambiental na bacia do Rio Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo. Mostrando também que todas estas obras estão em andamento, todas elas na maioria já concluídas, e as que estão em andamento não foram ainda concluídas, porque aguardam a liberação de recursos por parte do Governo Federal, que está cumprindo o cronograma. Portanto, também nesse caso não há atraso, apenas uma seqüência normal para que essas obras sejam concluídas. Eram essas as informações, colocando-me à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento que lhes aprouver. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Inicialmente, eu queria agradecer a participação do nobre Secretário e passar a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria apenas agradecer o Dr. Antônio, nosso Secretário e colega Deputado Federal, por ter comparecido a esta Comissão e trazer as informações que agora apresenta. Eu queria apenas lhe fazer uma pergunta: o senhor tem conhecimento de algum ativo da União que esteja sendo utilizado inadequadamente, ou que esteja ocioso aqui no Estado de São Paulo?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não, absolutamente, nem pelo Governo do Estado, nem por qualquer Município.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Muito obrigado, pela sua presença aqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria passar a palavra ao Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Eu gostaria de cumprimentá-lo. E apenas uma solicitação: desse Convênio 057, se V.Exa. poderia fazer uma referência com um pouco mais de detalhes, o valor total do convênio e quais seriam as obras que ele está cobrindo, mais para efeito de esclarecimento, já que foi dada a informação que todas elas estão em execução dentro do cronograma estipulado. É só para que nós tenhamos informações. E se a quantidade de recurso que a União tem repassado para o Estado de São Paulo, nesta área de recursos hídricos, pode ser considerada significativa.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Bom, o valor... Na realidade, eu queria complementar, são dois convênios: o 59 e o 178. Constam dos dados que vou solicitar sejam apensados a esse depoimento. O Convênio 59, de 97, no seu valor total, chegou a 819 mil reais, com obras de rede coletora de esgotos no Município de Bragança...no bairro de Bragança, Município de Paraibuna, no valor de aproximadamente 50, 49 mil, 699 reais. A segunda é uma rede coletora da rede de esgotos no bairro de Espírito Santo, Município também de Paraibuna, no valor de 72 mil, 120 reais. Terceira, rede coletora de esgoto no bairro dos Marques, Município de Potim, no Estado de São Paulo, 83 mil, 973 reais. O quarto, uma rede coletora de tratamento de esgotos no bairro Formoso, Município de São José do Barreiro, 82 mil, 803 reais. Emissário de esgotos no bairro Bandeira Branca, Município de Jacareí, 194 mil, 876 reais. Complementação de uma estação de tratamento de esgoto em Potim, também Município de Potim, 335 mil e 800 reais. Como se pode perceber, são todos Municípios na bacia do Rio Paraíba do Sul, dentro do programa de saneamento ambiental naquela bacia. O segundo convênio, mais recente — e



esse é que tem um valor ainda a ser liberado pelo Governo Federal — tem como objeto a instalação de um sistema de aquisição automática de dados de estações remotas com transmissão de satélite em 24 pontos de monitoramento e pesquisa hidrogeológica, através de perfuração de poços profundos. É um convênio recente, nº 178/2000, do Ministério do Meio Ambiente com o Governo do Estado de São Paulo. É o segundo convênio. Também sendo agilizado no âmbito da nossa Secretaria. Com base nesse convênio, foram perfurados ou estão em início de obras já autorizados pelo Governo, já com recursos repassados, três poços, no Município de Pereiras, no Município de São Pedro e no Município de Borebi. O de Pereiras, no valor de 80 mil; São Pedro, 58 mil; Borebi no valor de 29 mil, perfazendo um total de 167 mil e 600 reais. Restam ser liberados, já que o convênio era de aproximadamente acredito que 1 milhão e 300 mil, restam ser liberados 1 milhão, 192 mil, 779, por parte do Governo Federal, para atender a essas obras de perfuração dos poços, os Municípios já previstos no convênio que ainda não receberam esses recursos. Com a liberação iniciar-se-ão as obras nos Municípios de Caconde, Campina do Monte Alegre, Cedral, Ipauçu, Itajobi, Itapura, Lavínia, Martinópolis, Mendonça, Nova Europa, Pereira Barreto, Pitangueiras, Pompéia, Potirendaba, Rancharia, Sales, Santa Délia, Tabatinga e Novais. Os poços variam. Esses poços, pelo que imaginamos, variam, na média, em torno de 50 a 60 mil reais. No máximo, chegando a 80 mil reais. E os mais baratos, como esse aqui de Borebi, que tem uma situação privilegiada — lá o aquífero quase aflora nesse Município em quase 30 mil reais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** — Sr. Secretário, apenas uma pergunta. Os recursos, esses 1 milhão e 200, aproximadamente, já se encontram empenhados ou ainda dependem de aprovação pelo Congresso, pela bancada?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – A informação que nos foi dada pelo Dr. Garrido é de que esses recursos estavam previstos no Orçamento do ano passado. Foram previstos os restos a pagar. Portanto, o Ministério tem autorização para proceder a essa liberação no momento que lhes aprover.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Clovis Volpi.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Deputado Mendes Thame, só uma questão de esclarecimento. Com relação à SABESP, nós temos uma idéia, algumas informações dos investimentos que são e que estão sendo feitos, que foram feitos em todo o Estado de São Paulo. Os recursos orçamentários são provenientes de bancos internacionais, têm alguma verba de contrapartida do Estado ou da União?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Tem uma grande contrapartida. Portanto, uma grande colaboração do Governo Federal com obras da Caixa Econômica Federal dentro do Programa chamado Pró-Saneamento Caixa Econômica Federal. São, no total, 139 contratos no valor de 634 mil reais. Milhões, 634 milhões, 420 mil reais. É um valor considerável. Essa contrapartida, em grande parte, foi para o caso do Projeto Tietê I, que no seu total, hoje, já demandou recursos, aproximadamente em dólar – é um pouco difícil para nós às vezes fazer esse cálculo em função da variação do câmbio -, mas o cálculo que tínhamos feito a aproximadamente uns 90 dias antes dessas novas variações davam em torno de 1 bilhão e 100 milhões de dólares, somando os valores liberados pelo BID mais a contrapartida que foi financiada pela Caixa Econômica Federal, que aqui em reais temos 634 milhões, e mais recursos próprios da SABESP.



**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – É, as obras implementadas com esses recursos elas encontram-se em andamento, foram concluídas? Há alguma coisa ainda para ser repassada, inclusive desse dinheiro, para conclusão, se houver?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Bom, em primeiro lugar, eu queria fazer uma complementação. Não são programas só do Pró-Saneamento. Estou vendo aqui que tem também do Programa Pró-Sanear, Pró-Saneamento, constam todos os financiamentos. Todas essas obras estão concluídas. Todas foram concluídas. E afortunadamente para nós, acho que para o nosso Estado e para o País, este programa foi considerado pelo BID um programa de grande êxito, o que permitiu que houvesse um financiamento da segunda etapa no valor de 400 milhões de dólares; 200 milhões de dólares financiados na segunda etapa pelo próprio BID e 200 milhões com recursos da própria SABESP. Atualmente, não está fácil mais conseguir recursos da Caixa Econômica Federal como estes. Há restrições seriíssimas para financiamento, embora a SABESP seja uma das poucas empresas — pelo que dizem só 6 empresas estaduais no País inteiro têm condições de assumir empréstimos juntos aos órgãos federais —... Mesmo assim, até agora, não foi ainda consolidado nenhum empréstimo para essa segunda etapa. Como sabemos, o BID e o BIRD estão sob um fogo cruzado. O mundo inteiro hoje, os países que fazem parte da própria Nações Unidas estão questionando muito os critérios para a alocação de recursos, exigindo que haja uma componente social mais forte nesses financiamentos. E esse empréstimo foi utilizado, pelo sucesso que teve, no seu gerenciamento, como exemplo para outros países da América Latina, tendo sido promovido um seminário aqui em São Paulo, com representantes de cada um dos demais países para avaliar o bom êxito desse empréstimo.



**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Presidente, eu não tenho mais perguntas a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Sr. Deputado e Secretário Antônio, o senhor citou os convênios que foram realizados agora na sua gestão e na gestão do Governo atual. Em muitos Estados, Deputado, nós temos encontrado muitos convênios também envolvendo interiores, até 10 anos, 15 anos de obras paradas. Na sua secretaria houve algum conhecimento de V.Exa. sobre algum convênio anterior a esse do Governo atual paralisado?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não, todos os convênios quando eu entrei, no início do segundo mandato do Governador Mário Covas, todos já tinham sido objeto de um trabalho muito individualizado, pontualizado pelo Secretário Hugo Rosas, que me antecedeu. Todos os convênios estavam já em andamento. Não havia nenhum, a não ser, acredito, que alguns empréstimos internacionais que estavam parados e pagando taxa de permanência. Antes de eu assumir ele colocou todos em vigor. Portanto, quando coloquei, é uma situação até **sui generis**, de todos os cargos públicos que eu ocupei, foi aquele em que eu não consigo fazer a mínima ressalva em relação ao trabalho do meu antecessor. O meu desafio é só continuar dando seqüência ao que o Secretário anterior executou. Não há também nenhum caso de repasse em função de convênios, repasse para Municípios, que estes Municípios não tenham prestado conta e não tenham sido acionados para devolver os recursos. Todos sofreram as ações quando houve uma má aplicação, digamos, ou uma não-aplicação de recursos a nível de Municípios.



Todas as providências foram tomadas já na gestão anterior, e a situação regularizada do ponto de vista jurídico e de Tribunal de Contas.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deputado, mas a obra, o Município devolveu o dinheiro. Foi punido com devolução de dinheiro. E a obra?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Quando a obra foi feita, ele não...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, se ele prestou conta. E também esses convênios que foram realizados. O Governo do Estado assinou um convênio com o Governo Federal, ou empréstimo ou também com a Caixa, Pró-Saneamento, Pró-Sanear e outros tipos de convênios. Assinando esse convênio, para repassar para alguns Municípios, o Estado fez esse convênio com os Municípios, puniu aquele que não cumpriu, que não prestou conta direito, e têm muitos também que não terminaram a obra, como ficou (*ininteligível*) essas obras depois?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Bom, as obras, pelo que imagino, essas obras não devem ter sido realizadas. Ou se foram realizadas são com novos recursos, com recursos do próprio Município ou do Governo do Estado. Na minha gestão, nesses 2 anos e 9 meses que estou à frente da Secretaria de Recursos Hídricos, nós não temos tido mais nenhum caso de inadimplência que tenha gerado algum problema não solucionado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Deputado, às vezes não estou sabendo expressar. De maneira alguma estou discutindo o mandato do senhor, mas alguma informação que o senhor pode nos passar daqueles convênios anteriores, do Pró-Saneamento que tem... Em muitos Estados essas obras ficaram paralisadas. Foi punido o Prefeito, foi punido o gestor do dinheiro, devolvido com a



punição, com tudo, e as obras ficaram paralisadas porque não deram continuidade.

O senhor não tem informação dessas obras?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Nenhuma, nenhum caso desse de obras que eu possa trazer aos senhores, nenhuma obra que tenha sido objeto de algum inquérito, de algum procedimento jurídico, nada. Absolutamente, não tenho informação a respeito nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, por que o senhor é que citou para nós que foi punido juridicamente e devolvido o dinheiro aos cofres públicos. É por isso que fiz essa pergunta ao senhor. O senhor tem alguma obra que está sendo auditada pelo Tribunal de Contas da União?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Obras com recursos do Governo Federal?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não, nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nenhuma?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor tem alguma obra paralisada com ordem judicial?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nenhuma com ordem de desapropriação, ordem judicial?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não. Nenhuma obra, nenhuma. Nem com recursos nossos próprios não temos, nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor tem alguma obra parada por falta, não está paralisada a obra, está dentro do programa, mas está





faltando liberação de recursos dentro do programa, que está paralisada só no canteiro de obra esperando liberação de recursos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Nenhuma. Todas as obras na minha Secretaria... A Secretaria é uma secretaria relativamente pequena. Não se compara com as Secretarias...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, as empresas também ligadas à Secretaria. Nesse caso estou citando também as empresas também ligadas à Secretaria.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Ah, sim. Por exemplo, no caso da SABESP?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Obras que foram iniciadas e não foram dada a ordem de serviço, por exemplo? Sim, tem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, iniciada, acabou recurso, esperando liberação de novos recursos, continua o canteiro de obra no local ainda?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não. Nós temos obras da SABESP, algumas obras que foram já licitadas, não receberam ainda ordem...com recursos próprios, não receberam.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Recursos federais?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não, não, absolutamente. Isso aí quando é com recursos federais há uma prioridade absoluta, porque senão não recebe o financiamento, portanto, eles acabam sendo priorizados, tanto esses como os empréstimos internacionais. As que sofrem mais são as obras com recursos próprios, porque essas pode-se adiar um pouco.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Em alguns Estados, os Municípios são vinculados saneamento básico a uma empresa estadual.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – É o nosso caso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Em todos os Municípios a concessão é do Estado?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não em todos. Aproximadamente 1/3 dos Municípios do Estado de São Paulo são operados pela SABESP por concessão dos Municípios à empresa por um determinado número de anos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O senhor pode me informar se tem algum Município, esses Municípios que não são da concessão do Estado? Quando são liberados recursos federais, a Secretaria participa da liberação desses recursos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não. Eram, pelo menos eram, até então liberados diretamente, até porque mesmo os recursos do Governo Federal, de emendas de Deputados, a sua liberação é providenciada diretamente pelos Municípios junto ao Governo Federal e recursos do Orçamento Geral da União, sem passar pela nossa Secretaria. O que mais?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas a Secretaria não dá anuência, nada. A Caixa não exige anuência da Secretaria?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Desafortunadamente, não. Aliás, é algo que muito nos preocupa, porque, no Estado de São Paulo, nós temos um sistema de gerenciamento de recursos hídricos que é considerado um dos bem avançados do País. Todo o Estado é dividido em comitês de bacias, as obras, mesmo as nossas, liberadas pelo Governador e por mim, respeitam as prioridades



definidas no Relatório Zero, no Plano de Bacia, na votação com os comitês que têm 1/3 de representantes dos prefeitos, 1/3 de representantes do Estado e 1/3 de representantes da sociedade civil, e são deliberativos. No entanto, as liberações que eram feitas e são feitas pelo Governo Federal são sem obedecer a esses critérios.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É, eu estou fazendo essa pergunta para o senhor, porque eu já recebi diversas reclamações em outros Estados a essa questão, e no meu Estado mesmo são liberados dinheiros para os Municípios sem a anuência da empresa de saneamento ou do sistema hídrico. É um problema seriíssimo nos Municípios, obras não bem elaboradas e liberando dinheiro direto pros Municípios. Foi por isso que fiz essa pergunta para o senhor.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – O que nós vemos? Nos Municípios operados pela SABESP, nunca vêm recursos do Governo Federal, só vêm para os Municípios não operados. Nesses Municípios, vinham principalmente recursos de emendas de Deputados, do Orçamento, portanto, direto, algumas emendas pelos respectivos Ministérios — alguns Ministérios tinham recursos, portanto, o Ministro tinha o poder de designar e alocar esses recursos. E, recentemente, também sem obedecer aos nossos critérios, a ANA (Agência Nacional de Águas) iniciou um processo de compra de esgoto, é o termo que eles estão usando, ou seja, vão pagar 50% dos investimentos desde que se chegue ao objetivo, portanto, o que é muito correto, uma administração por resultados, mas também ela não está levando em conta as considerações dos comitês. Os Municípios estão indo isoladamente e aqueles que forem mais hábeis, mais capacitados, que forem capazes de elaborar os projetos, ela está exigindo afortunadamente projetos a respeito do assunto e, dessa forma, ela está fechando entendimentos diretamente com os Municípios, desconhecendo a estrutura dos



comitês e da nossa Secretaria, em suma, desconhecendo o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. É um problema sério. Mas é.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu tenho a agradecer, não tenho mais para perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Antes eu gostaria de perguntar ao Dr. Antônio Carlos, nós temos um problema em relação a essa nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, exatamente desse diagnóstico em relação às obras inacabadas, no que tange tanto à economicidade, como também no que tange à questão da moralidade administrativa. É bom saber, por exemplo, que São Paulo anda nesse parâmetro, até porque aqui tem alguns problemas de falta de água — vocês tiveram aqui recentemente —, problema em relação até a racionamento, não é verdade? Mas em relação às obras realizadas, o senhor não tem nenhum problema em relação a obras que estão em andamento com algum problema em relação ao Governo Federal?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Não, nós temos problemas de escassez de água. Aqui na região metropolitana de São Paulo, o índice de disponibilidade de água por habitante é sete vezes menor do que os dois Estados do Nordeste que têm a menor disponibilidade de água por habitante. Nós somos uma situação sete vezes pior. Os dois Estados com menor disponibilidade de água do Brasil são Paraíba e Pernambuco, com 1.400, 1.500m<sup>3</sup> por habitante por ano. Aqui na região metropolitana de São Paulo, nós temos 200m<sup>3</sup> por habitante por ano. Sete vezes menos. E a situação nossa aqui só é possível porque se vai tirar água de uma bacia vizinha, que é justamente a bacia com a segunda pior situação de disponibilidade de água do País, que é Piracicaba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Ligação das bacias.



**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – É, o sistema Cantareira pega água dos rios Atibaia e Jaguari, que são os formadores do rio Piracicaba, e traz aqui para a região metropolitana. Não fosse isso, não haveria água para 17 milhões de pessoas, 10% da população brasileira, que vive num territóriozinho de 8 mil quilômetros quadrados, portanto, um milésimo do território brasileiro, que abriga 10% dos nossos concidadãos. Portanto, o desafio de se conseguir abastecer de água essa população é um desafio permanente durante o ano todo, não só na época da estiagem e que vem sendo conseguido com maciços investimentos, maciços, maciços investimentos. São obras vultosas, todas, não há uma obra barata, grande parte realizadas com recursos da própria tarifa, em relação ao total de investimentos esses recursos de 634 milhões da Caixa Econômica Federal, que é um valor vultoso, é muito pouco em relação a tudo o que tem sido investido aqui nesses últimos anos e a única forma de conseguir realmente algum sucesso nessa área. Para os próximos anos, a situação continua delicada. Esse ano nós passamos por uma situação quase que o fio da navalha no sistema Cantareira, que abastece mais de 50% da população que vive aqui nessa região, mas esperamos conseguir chegar até o fim de dezembro, quando volta o período das chuvas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Um tema que de qualquer maneira o senhor foi argüido em relação à nossa CPI é em questão à utilização dos bens imóveis da União. A nossa Comissão naturalmente não avalia só a ocupação dos bens imóveis, quer dizer, a subutilização ou a má utilização dos bens imóveis que pertencem à União. O senhor conhece imóveis que podem ser ocupados, mas que eles sejam subutilizados pertencentes à União ou vinculados a sua pasta?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** – Eu não conheço nem vinculados a nossa pasta, nem na região onde vivo, onde moro, no interior do Estado de São Paulo. Aqui, no Estado de São Paulo — gostaria até de verificar se essa minha opinião é verdadeira, o Dr. Clovis Volpi, que é também do Estado de São Paulo —, eu tenho a impressão que o Estado de São Paulo sempre foi muito pouco competente, muito incompetente para conseguir apoio do Governo Federal em programas. Nós temos uma grande dificuldade em conseguir recursos do Governo Federal, prédios do Governo Federal, investimentos do Governo Federal. Aqui, grande parte de todo o esforço que nós fazemos, com raríssimas exceções, são com recursos do próprio Estado. E mesmo quando conseguimos recursos do Governo Federal para algumas obras em conjunto, foi uma dificuldade para conseguir liberação. Veja o que nós estamos passando aí, o atraso na liberação de obras em alguns dos empreendimentos conjuntos. Portanto acho que obras, prédios próprios do Governo Federal que, no passado, estejam sido colocados à disposição do Governo do Estado são muito poucos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Gostaria de agradecer a tua participação. Na realidade, até como Deputado Federal da Paraíba, é bom sentir aqui que São Paulo realmente é diferente de toda a realidade em relação à questão dos outros Estados, até no que se refere à questão da água. Mas gostaria de agradecer a V.Exa. a sua participação aqui e pela contribuição na nossa CPI.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** - Muito obrigado, agradeço essa oportunidade. Desejo a todos um excelente trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Antes eu gostaria de entregar um questionário a V.Exa. para que o senhor pudesse responder em quinze



dias algumas informações que forem necessárias para a formação do relatório final da nossa Comissão.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME** - Está perfeito. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Essa presidência, para aproveitar o tempo e também dar continuidade aos nossos trabalhos, queria convidar o Dr. José da Silva Guedes, Secretário de Saúde, para tomar assento na Mesa. Só registrar aqui a presença do Parlamentar Deputado Estadual Clauri Alves daqui da Assembléia Legislativa de São Paulo. Quero passar a palavra ao Dr. José da Silva Guedes. V.Exa. tem dez minutos para as suas exposições iniciais.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Muito boa tarde a todos, queria estar saudando companheiros Deputados da Comissão e estou passando às mãos do Presidente um relato de obras terminadas e queria colocar o seguinte. Da nossa relação de obras iniciadas com o recurso do Governo Federal que foram iniciadas anteriormente a nossa gestão, nós temos todas elas terminadas, e aí, então, relato para o senhor. Não tenho detalhes exatos de um Convênio SUDES 01/88, provavelmente os senhores tenham mais detalhes que a gente, porque por volta de 89 é que várias dessas obras foram iniciadas, e nós tivemos oportunidade de terminar todas elas. Então, o Hospital de Itaquaquecetuba, que figura certamente na relação dos senhores, uma obra iniciada em novembro de 89 e que nós entregamos funcionando em março de 2000, portanto levou onze anos entre o início da obra e nós entregarmos concluída. O Hospital de Diadema, também de novembro de 89 e terminado em dezembro de 2000; Carapicuíba, de outubro de 89, terminado em março de 99; Pirajuçara, de outubro de 99 a abril de 99; Itapevi, em abril de 90 e terminado em setembro de 2000; Itaim Paulista, julho de 89 para março de 99; Santo



André, dezembro de 89 — e é uma obra que nesse momento está para ser entregue a primeira etapa em funcionamento; Guarulhos, setembro de 89, entregue em dezembro de 99; Itapeçerica da Serra, outubro de 89, entregue em maio de 99, dez anos depois; Sumaré, dezembro de 89, entregue em setembro de 2000; e um anexo do Hospital Pérola Bighton, iniciado em 91 e que a gente concluiu em 99. Duas obras estão em andamento neste momento. Então, uma delas é Santo André, que está aqui mencionada, e a outra é nesse Vila Alpina, que não consta dessa relação de obras iniciadas naquele momento. Bem, eu tenho aqui uma série de outras informações de valor dessas obras, o tamanho dessas obras e tenho a satisfação de colocar o seguinte: o Governador Covas, dois anos depois do início do Governo, uma vez acertada de alguma forma a casa, pôs-se a tentar acabar com esses esqueletos que a gente havia encontrado e nós entregamos, e já estão em funcionamento, onze hospitais, o que dá perto de 2 mil e 700 leitos novos para a população. E nesse momento nós temos em obras o que está aqui: Santo André, Vila Alpina, Sapopema, na Capital, e também uma obra no interior do Estado, que é Bauru. As que foram iniciadas, segundo o nosso conhecimento, com esse convênio SUDES 88, foram iniciadas aqui no período 89 a 91 e estão todas terminadas. Durante as obras algum dinheiro federal novo foi adicionado. Então, por exemplo, o Itaim Paulista, já no Governo Covas foram trazidos 3 milhões e 300 mil reais; o outro hospital é o Itapevi, onde recursos de um empréstimo do Ministério da Saúde com o BID/BIRD, que é o REFORSUS, 6 milhões, cento e poucos foram usados para equipar o hospital; o Hospital de Diadema recebeu recursos federais da ordem de 7 milhões, 600 e poucos mil para a obra; e o Hospital de Sumaré, no interior, recebeu recursos da ordem de 1 milhão e 700 mil. Bom, esses são números preliminares. Estou a sua disposição.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Quería agradecer, inicialmente, a participação de V.Exa. e passo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, Relator.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria apenas agradecer o Dr. José da Silva pela sua presença nessa Comissão e eu não tenho nenhum questionamento a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, na prática, gostaria de saudar o Sr. Secretário e apenas uma pergunta: nós debatemos no ano passado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só para efeito de gravação, Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** –... na Comissão de Orçamento recursos para um conjunto de hospitais, e já no exercício de 2001. Se esses recursos que o senhor está se referindo já são do exercício de 2001, esse complemento para esses quatro hospitais se já é fruto deste orçamento, foi uma reivindicação do Deputado Paulo Kobayashi e outros, Goldman, alguns Deputados?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Nesses hospitais, não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Ainda não.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Está aqui o meu engenheiro...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Então, esse recurso de 2001 ainda não?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não foram liberados.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Santo André é de 2001? Tá, então tá, em confirmação: são recursos de 2001.



**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Então, só o senhor repetir para gravar para a gente.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Pois não. Então, o Hospital de Vila Alpina e o Hospital de Santo André...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – É 2001.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** –...é recurso de 2001. Exatamente, ao que o que o senhor se refere...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – E o senhor não tem, na sua gestão, nenhuma obra questionada pelo Tribunal de Contas da União ou paralisada ou inacabada por falta de alguma ação que nós pudéssemos contribuir?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não, nós tivemos um questionamento do Tribunal de Contas Federal sobre o Itaim, se não me engano, Itapecerica da Serra, mas demos uma avaliação final do Tribunal sem nenhum problema. Essas obras estão todas acabadas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. José, eu gostaria de uma informação do senhor, eu não sei se é dinheiro repassado direto ao Município, mas o senhor, como Secretário de Saúde, deve ter conhecimento. É sobre o Hospital Regional da Cidade de Ourinhos. O senhor pode nos informar...

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Realmente tenho informação do atual Deputado Estadual, ex-Prefeito Claury, de uma obra inacabada em Ourinhos, mas isso não foi obra intermediada pelo Estado, nunca teve nada a ver com a Secretaria



Estadual de Saúde e, ao que me consta, foi um dinheiro repassado diretamente ao Município. Mas eu não tenho mais informação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas o senhor tem conhecimento?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Eu tomei conhecimento agora aqui com o Deputado Claury.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Hospital Regional da Mulher de Mococa.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Tá, esse é um hospital que, nesse momento, nós temos um acerto com a Prefeitura de Mococa para que ele não seja terminado como hospital, mas que ele seja terminado pela municipalidade, que vai dar a ele uma destinação de ensino já que o hospital era desnecessário na cidade, excessivo, já que a própria Santa Casa que lá existe hoje tem capacidade ociosa. Então, ao longo desse tempo, esse hospital não recebeu no nosso Governo prioridade para ser terminado. E como no acordo com a Prefeitura, a Prefeitura cedeu o terreno para que a obra fosse concluída, fosse feita. Como esta obra não foi terminada, consta das cláusulas da cessão que isso deverá integrar aos bens da Prefeitura. E a Prefeitura pretende dar a destinação para uma das faculdades da cidade.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas a obra está parada?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Neste momento, sim. Essa obra está parada e nós estamos ultimando todo o acerto de contas anterior que tem que ser feito do contrato que lá está para que, uma vez terminado o contrato com a firma que ainda tinha o contrato pendente, isto possa passar às mãos da Prefeitura.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Essa obra está parada e abandonada ou o senhor está sabendo que está parada, conservada.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Bom, ela está conservada e é a última informação que a gente tem a respeito dela. Ela está mantida.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ela foi feita pelo Estado?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Como?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ela foi feita pelo Estado e o Governo Federal?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Ela foi feita pelo Estado, mas eu não sei se era... não consta pra mim que era com recursos do Governo Federal. Não sei se pros senhores consta essa informação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Convênio.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Convênio com o Governo Federal o senhor diz?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Isso.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Essa é uma obra que nós encontramos parada, assim como o restante dela, e não havia e, na nossa opinião, não há prioridade pra que esta obra vire mais um hospital naquela cidade. As pessoas não vão ter o que fazer com esse hospital e vão ter que custear o funcionamento dele, não sei de que forma. Então, achei de muito bom alvitre que o Prefeito se interessasse em transformar esta obra em uma obra educacional.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. José, é um problema sério: os Municípios vão buscar dinheiro direto no Governo Federal, no Ministério da Saúde e também buscar dinheiro via emendas. A Secretaria, ela tem acompanhado



algumas construções em hospitais no interior do Estado, feitas pelo Municípios junto com o Governo Federal?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Desculpe. Se a Secretaria tem acompanhado...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É, acompanhado a construção, porque a Secretaria depois vai discutir o problemas do credenciamento.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Certo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - A Secretaria tem acompanhado a construção desses hospitais no interior do Estado?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Veja, Deputado, as Secretarias Estaduais, ou as pessoas que comandam saúde nos Estados, lamentam que a gente não consiga discutir um plano de saúde, de investimento nos Municípios ou em regiões, quando o recurso vai ser buscado no Parlamento, a nível de emendas parlamentares, quer dizer, a rigor a gente fica posteriormente sabendo que algum recurso está sendo destinado pra alguma obra em algum lugar. E nesse momento é que a gente vai estar tentando avaliar o que realmente há de interesse numa obra em questão, está certo? Nós não estamos acompanhando investimentos que estão sendo feitos diretamente pelos Municípios. A gente tem informação de alguns deles, mas nós não estamos acompanhando, de vez que eu não sei se deveríamos acompanhar, já que não somos intervenientes naquele processo. A gente sabe, sim, e tem-se (*ininteligível*) com isso, vai ter que discutir posteriormente o financiamento daquilo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O senhor tem algum conhecimento da Secretaria, tem algum conhecimento de alguma obra municipal parada, de hospitais, laboratórios?



**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Eu não tenho um levantamento desta natureza.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas a Secretaria tem essa informação?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Não sei. Se eu consultar meu time de engenharia... Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Deixa eu fazer uma pergunta pro senhor. Antigamente existia o IAPAS, depois o INAMPS. Esse patrimônio, em alguns locais, algum Estado, foi repassado para os Governos. Aqui o Governo do Estado assumiu todos os hospitais do INAMPS, antigo IAPAS também, o patrimônio dele todo?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Nós assumimos cinco grandes hospitais dos antigos institutos que eram no caso, no final, eram do INAMPS e tem mais provavelmente uma centena dos chamados serviços ambulatoriais, que estão esparramados pelo interior e aqui também na área da capital. A maioria deles, na área da capital, estão sob gestão do Estado. No interior, há alguns que foram municipalizados, mas, em geral, esta rede está toda aproveitada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E o Ministério já passou... O instituto já passou toda essa documentação? Já consta como patrimônio do Governo do Estado?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - Não todos eles. Os mais antigos tiveram essa regularização, mas não estão todos regularizados, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E a Fundação Nacional de Saúde? O senhor assumiu o controle dela?



**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** - A Fundação Nacional de Saúde, que eu saiba, ela não tem nada aqui, a não ser alguma coisa alugada, onde ela tem um escritório funcionando. A Fundação nunca... há muito tempo, ela não tem ação executiva no Estado de São Paulo. O Estado tem uma superintendência de controle de endemias que já há mais de trinta anos é quem opera o controle de endemias no Estado. Então, esse processo de descentralização e de municipalização recente da Fundação Nacional de Saúde em São Paulo, a rigor, ele não teve nenhum efeito, porque não havia o que entregar aqui.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Era só isso, Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Regis Cavalcante. Só antes eu queria registrar aqui a presença do Deputado Nelson Salomé, Deputado Estadual, aqui da Câmara Legislativa de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Só uma pergunta a nível da exposição do Secretário José Guedes, quando ele colocou que o Governo Covas encontrou uma série de esqueletos. Se ele saberia informar se esses esqueletos foram obras inclusive financiadas pelo Governo Federal e se ainda existe algum esqueleto aí solto, algum esqueleto fantasma por aí no Estado de São Paulo.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Veja, a relação que eu passei ao Sr. Presidente é dos esqueletos iniciados com dinheiro federal. São três, são seis, são onze hospitais — são dez hospitais e o anexo de um outro hospital — que foram iniciados por volta de 89/91, com recursos do chamado Convênio SUDES, assinado lá em 88. Posteriormente, algum dinheiro federal veio já do período de 95 pra frente, pouco recurso comparado com o volume das obras, mas, no momento, não há que a



gente saiba, a menos que talvez o Deputado tenha mostrado que Mococa tenha, no início, algum convênio federal, não há nenhuma obra parada com recursos que foram transferidos do Governo Federal. Há obra em andamento neste momento, quer dizer, é o Hospital de Santo André, é o Hospital de Vila Alpina. O de Vila Alpina está pra ser entregue no próximo mês ou até dezembro, no máximo, Santo André pode ter uma parte dele inaugurada agora em outubro e termina o hospital no ano que vem, mas são obras em andamento, não são obras paradas. Há ainda um esqueleto que a gente e que o Governador Alckmin está tratando de ver se arruma recurso pra terminar. É um esqueleto que fica no alto quase da Avenida Paulista, um antigo chamado Hospital da Mulher, que terá um outro destino e que é um esqueleto de 82 mil metros quadrados de área construída e que não foi ainda retomado, porque a prioridade que o Governo deu foi exatamente ver onde eram necessários os leitos pra atender a população. E dos hospitais que eu mencionei o senhor vai ver que eles são fundamentalmente na área da Grande São Paulo, que é a área mais carente de serviços no conjunto do Estado, e alguns deles no próprio Município de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Esse da Paulista, o senhor sabe quantificar quanto se gastou até então?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Está aqui, João?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não entendi. Você não quer falar?

**O SR. JOÃO BATISTA RIZEK** – Cem milhões até agora.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – E não chegou a ser concluído?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não, veja, posso lhe contar um pouco do folclore desse hospital. É um hospital planejado pra... iniciada sua construção na





área da América Latina, com certeza, onde existe a maior concentração de leitos por habitantes. E ele foi implantado num lugar de difícil implantação, que é no seio de outros prédios: do Hospital das Clínicas, onde existe o Hospital Emílio Ribas e o Laboratório Adolfo Lutz e tal. E ele teve... o processo das suas fundações foi extremamente oneroso, já que ele tinha que dar garantia inclusive pras outras obras circundantes. Então, ele tem hoje (*ininteligível*) é um esqueleto de 24 andares, com 82 mil metros de área construída, e nisso se gastaram aproximadamente 100 milhões. Há uma expectativa de gastar outros oitenta pra que ele possa realmente estar terminado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu fiquei um pouco em dúvida. Gostaria de voltar ao nosso Secretário. Ele informou que não tinha obra paralisada. Então tem essa obra paralisada, que é do Governo Federal.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não, essa é Governo do Estado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não tem recurso federal?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Que a gente saiba, não, não consta no contrato.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Os TDCs?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não. Não tem. Não é do convênio daquela época, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ah! Então, não é convênio federal?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O convênio federal é o único que nós estamos aqui em dúvida é o Hospital da Mulher de...

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Em Mococa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Em Mococa.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Esse está paralisado?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Porque vai dá outra destinação no prédio. Mas estão paralisadas as obras?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Sim. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E esse que o senhor está me citando: Hospital das Clínicas...

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – É uma obra, o tempo todo, do Governo do Estado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Obra do Governo Estadual que, no Governo passado, estão paralisadas, mas sem recursos federais?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Sim. É essa a informação que a gente tem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu não tenho nenhuma pergunta, como eu disse inicialmente, mas gostaria, se fosse possível, que o senhor nos obsequiasse no sentido de fazer uma avaliação. Há um relatório que foi feito por



uma comissão especial no Senado — e eu posso até passar por fax para a sua Secretaria. Obras acima de 2 milhões. São 40 obras no Estado de São Paulo que, em 1996, estavam paralisadas. Dentre elas têm várias Secretarias. Então, eu vou pedir um apelo ao Governo para ele informar à Comissão quais são as obras que foram concluídas a partir de 1996. Eu estou aproveitando essa oportunidade para deixar esse registro e eu vou encaminhar, na próxima semana, para as Secretarias. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Clovis Volpi.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Eu queria fazer só uma complementação aqui com relação a essas obras terminadas, concluídas no Governo Covas e efetivamente até o Governo Geraldo Alckmin. Eu iria abordar exatamente essa questão do Hospital da Mulher, que já foi abordada pelos Deputados aqui, para deixar claro, até porque havia uma dúvida na Comissão de algumas obras que teriam sido financiadas com recursos da União e que poderiam não ser observadas na nossa reunião. Já ficou claro para mim e ficou claro também aqui para os nossos registros que essa obra do Governo, o famoso Hospital da Mulher, é uma obra explicitamente construída ou semiconstruída com recursos do Estado de São Paulo. Mas eu queria fazer só uma sugestão, Presidente, se for permitido aqui, ao Secretário de Saúde do Estado que se pudesse, com o seu pessoal, fazer uma avaliação nos Municípios que tenham recebido recursos da União e que não tenham feito conclusões dos prédios, principalmente dos prédios. E aí nós não nos fixaríamos somente em possíveis hospitais, mas também em postos de saúde, já que não se observou aqui, não fez parte do seu relatório inúmeros postos de saúde ou mini hospitais que teriam a função de pronto atendimento que



estavam nessas condições, que foram também concluídos e que receberam também recursos da União, para que nós pudéssemos ter uma avaliação nos Municípios, principalmente Municípios de médio e grande porte, já que os de pequeno porte normalmente não têm nenhum recurso desse tipo, da União, para que nós pudéssemos, na Comissão, fazer uma avaliação um pouco mais sóbria, um pouco mais tranqüila, para poder, no relatório final, definir o que se faria com esses prédios paralisados.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Esperando não ser inoportuno, Deputado, a relação disto certamente a Comissão tem. A Comissão dos senhores tem essa relação dos Municípios que receberam recursos.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Deve ter sido passado para a relatoria, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Foi enviado lá pra comissão da Secretaria?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Não. Que a idéia é a seguinte: o Volpi está propondo que a Secretaria dê um jeito de avaliar nos Municípios do Estado outras eventuais obras feitas com recursos federais que não estão concluídas e que foram levadas a cabo pelos Municípios. Eu não sei o tipo de engenharia, mas que a gente nunca recebeu nenhuma relação de recursos que foram repassados aos Municípios para a execução de obras. Se nós tivermos acesso a isso...

*(Intervenção ininteligível.)*

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** –... regionais poderão levantar isso.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – O que a gente gostaria de observar é que esse caso levantado pelo Deputado Claury, na questão de Ourinhos, e que somente hoje o senhor ficou sabendo, e eu também fiquei sabendo hoje, até porque



ele já fez alguns documentos para outros segmentos e acabou não entrando aqui nessa discussão, e que houve esse caso específico, pelo menos com esclarecimentos deles, é que, na época do Orçamento, os Deputados faziam ou individualmente ou por suas bancadas, alocavam recursos para a região onde pudessem obter o maior número de votos. Esse caso específico me parece que Ourinhos se enquadrou aí, e que essas obras estariam superfaturadas e de acordo... e sem nenhuma análise técnica de se precisava ou não fazer o hospital naquela região ou naquela cidade, e que hoje acaba tendo lá, por mais de dez anos, uma obra inacabada e que tenham sido consumidos aproximadamente 3 milhões. Fica muito difícil, porque essas obras, neste momento no Governo Federal, praticamente não existem mais. Não se faz mais esse sistema de alocação de recursos individualmente com valores altos, e nem as bancadas têm mais esse descuido de fazer doações de dinheiro público só para o bem político de determinado Deputado. Mas alguma coisa deve estar. Acho que no Brasil deve ter muito mais. Em São Paulo talvez não tenha tanto, mas no caso de Mococa, que não se tem conhecimento, e no caso de Ourinhos, que se tem conhecimento, porque o recurso é federal e que a obra está acabada. Até para que a gente possa achar uma solução de Ourinhos, se não tem nada a ver com a União e se o prédio, se o imóvel não está no patrimônio da União, ele pode ser reintegrado para o Município e ser dado um outro destino até com recursos federais, desde que seja devidamente aplicado. Então, essa foi a minha sugestão. Eu acho que a Secretaria poderia, através das suas regionais, fazer uma avaliação nas cidades para saber se há alguma obra que tenha recebido dinheiro há mais de dez anos, doze anos, quinze anos, e que se encontra nessa situação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria perguntar ao nobre Secretário: aquelas obras do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas são recursos...

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Você tem recursos do Governo do Estado e do BNDES que foram alocados para o chamado INCOR II.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Essas obras estão em andamento?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Ele está praticamente terminado, ele já tem alguns andares funcionando e ele não está inteiro ativado. Tem algum término ainda a ser feito, mas ele está praticamente acabado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Essa obra não está auditada pelo Tribunal de Contas da União?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Olha, eu confesso minha ignorância se empréstimos do BNDES passam a ser auditados pelo Tribunal de Contas da União. Se for o caso, certamente estarão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas no recurso federal?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Veja, é um empréstimo do BNDES para uma instituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – E essa obra está em andamento, está em fase de conclusão?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Está praticamente concluída e está entrando em funcionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Fora essa obra do Instituto do Coração, no âmbito do Hospital das Clínicas, não tem nenhuma obra que tenha recursos federais?



**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Olha, não tramita isso por lá. Há obras em andamento, mas em geral, com o recurso do Governo do Estado que elas estão sendo feitas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu digo em convênio.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Na Ortopedia, na Psiquiatria, recurso para obra, eu acredito que não há recurso federal, pode ter havido recursos para equipamentos, mas para obra não conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – É objeto também da nossa Comissão avaliar a questão dos bens imóveis da União, que estão sendo utilizados ou subutilizados ou até mesmo mal utilizados ou não utilizados, no âmbito da sua Secretaria. Dando outros exemplos até dessa obra inconcluída do Hospital de Mococa, o senhor conhece algum imóvel da União do âmbito dessa Secretaria que está sendo mal utilizado ou que foi até colocado à disposição da própria Secretaria e que não está sendo utilizado adequadamente?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Veja, Deputado, é como mencionei: cinco grandes hospitais foram passados para o gerenciamento do Governo Estadual e todos eles estão plenamente ativados e funcionando na cidade. Não tenho exatamente o número, mas beira uma centena de postos de assistência médica, alguns de grande tamanho, que estão esparramados pelo Estado e que foram assumidos pela Secretaria e que estão em funcionamento. Há alguns litígios, de vez em quando, porque em algumas cidades, por exemplo, você tinha uma instalação da Previdência que comportava, no mesmo prédio, uma área de assistência médica e uma área de benefícios. Então, de vez em quando a gente tem que entrar em um acordo com o pessoal da Previdência para, se eles quiserem expandir a área de Previdência, de benefícios, a gente arranjar um outro local para instalar o serviço



que lá se encontra. Mas eu desconheço que haja subtilização ou má utilização dos próprios, que no caso eram próprios da Previdência, que foram transferidos para gerenciamento do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Em outros Estados a que nós fomos, a gente sente, principalmente no âmbito da Secretaria de Saúde, essas pretensões de alguns imóveis da União serem preferencialmente... tentarem ser utilizados pela própria Secretaria de Saúde. A colocação de postos ou a colocação de ambulatórios, o senhor não conhece nenhum imóvel da União que o senhor até pretenda utilizar e que não chegou, ou teve dificuldade de adquirir esse imóvel?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Veja, eu não sei de que tempo para cá houve uma mudança na lei federal, e os próprios da Previdência não são mais disponibilizados para os Estados ou para a área da saúde, como foram numa determinada época, está certo? Então, hoje nós estamos no momento discutindo em negociações com a Previdência, em São Paulo, acerca de um prédio da Previdência, onde existe uma área de reabilitação, que mudou o programa de reabilitação a nível da Previdência, então, eles têm menos atividades executivas naquela área, e a gente está discutindo o que possa vir a ser um trabalho de parceria da Secretaria e do pessoal da Previdência, para que a gente implemente, dê mais dinamismo a um área de reabilitação. Isso é na área da Vila Maria Zélia, que é uma área aqui da cidade de São Paulo, na rua Jequitinhonha, onde a gente tem um prédio ainda naquele tempo desenhado por Niemeyer, coisa que o valha, e que neste momento não tem uma utilização plena, mas a Secretaria de Saúde mais a Divisão de Reabilitação do Hospital das Clínicas de São Paulo estão negociando com o Serapião, que é o nosso Superintendente Regional aqui, uma eventual





parceria para uso daquilo, já que na sistemática atual a gente teria que pensar em alugar o prédio ou em comprar o prédio da Previdência, e a gente pretende prestar o máximo serviço em conjunto, para não estar fazendo negócio imobiliário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Quem está de posse do prédio?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – A Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – A Previdência?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – O INSS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – E vocês querem utilizar no sentido de ou passar para o patrimônio do Estado, ou ser cedido diretamente?

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – É, a grande preocupação nossa não é exatamente em relação ao patrimônio, mas, veja, a Previdência tem um programa de reabilitação. Esse programa de reabilitação prevê adaptar as pessoas, os acidentados, a novas funções, tal. Então, isso tem alguma coisa que implica num trabalho médico, um trabalho de reabilitação, de fisioterapia, etc., e tem um trabalho sócio não sei mais o quê, que significa adaptar o indivíduo a novas funções, e que implica em trabalhar também com as empresas. Então, a rigor, você precisa de uma parceria de empresas que forneçam possibilidade de retrainar pessoas, e uma área médica. A Previdência, a rigor, não tem essa área médica hoje constituída. Quando você tem um trabalho de reabilitação na área da Previdência, você tem, em geral, médicos ou serviços contratados para um trabalho pericial, para um trabalho para avaliação. Então, o que a gente está neste momento propondo, é, espero que no ano que vem, por questões orçamentárias — este ano já está praticamente acabado —, a gente possa implementar um serviço em conjunto, onde nós ofertemos um trabalho médico-assistencial, e a Previdência acople a isso o restante da adaptação



profissional, e aí estaríamos nos propondo a utilizar a troca do nosso serviço médico com o próprio da Previdência, que é um prédio importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer a V.Exa. a participação aqui na nossa Comissão, deixando também um questionário para que V.Exa. possa responder para a nossa Comissão, num prazo de quinze dias, para que possa fornecer mais dados para a formação do nosso relatório final, dando subsídio ao nosso Relator. Muito obrigado, Secretário.

**O SR. JOSÉ DA SILVA GUEDES** – Eu é que agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria convidar o Sr. José Carlos Ribeiro Leite, que está substituindo o nosso Ariovaldo Carmignani, Presidente da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo, para tomar assento à Mesa. (*Pausa.*) Sr. José Carlos, quero passar a palavra, para suas exposições iniciais, por um período de 10 minutos.

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Pois não. Boa tarde a todos. É um prazer conhecê-los e é um prazer estar aqui e a pedido do Dr. Ariovaldo, Presidente da SABESP. Ele está com uma série de compromissos, inclusive compromissos fortes em função dessa nova legislação que está sendo proposta de saneamento. Então, ele pediu para que eu viesse, e tudo aquilo que pudesse auxiliá-los e informá-los, proceder dessa forma. O que eu trouxe aqui, nos últimos anos, nós tivemos, de 95, 96 para cá, duas linhas de financiamento do Governo Federal, financiamentos parciais, no Programa Pró-Saneamento e no Programa Pró-Sanear. Esses empreendimentos totalizaram 139, dentre os quais 113 já estão concluídos e 26 estão em execução. Nós não temos nenhum empreendimento que teve origem com recursos financiados pelo Governo Federal inacabado, paralisado, vamos dizer assim, abandonado. O que nós temos, na verdade, são 113 empreendimentos



concluídos; 26 em fase de conclusão, em andamento; e não temos nenhum inacabado. Inacabado, entendendo por inacabado, abandonado. O que nós temos, isso sim, é carência de recursos do Governo Federal para obras de saneamento. *(Risos.)* Eu acho que eu não falei nenhuma novidade. Acho que isso resume tudo. Eu tenho aqui a lista dos...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Exatamente. É a lista que o Secretário... nós mandamos ao Secretário, o Secretário enviou aos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, eu queria agradecer as palavras iniciais do Dr. José Carlos Ribeiro Leite e passar a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Dr. José Carlos, eu queria apenas lhe agradecer por ter comparecido à Comissão e prestado as informações e dizer que eu não tenho nenhum registro a fazer. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Gostaria de cumprimentá-lo e dizer o seguinte: não é possível uma empresa tão grande não ter nenhum recurso federal. No caso de vocês, vocês têm uma captação razoável de recurso e têm capacidade suficiente de fazer todos os investimentos, ou existe, no caso do Estado de São Paulo, uma carência, uma deficiência de recursos para o setor saneamento, que no Brasil ainda é muito carente? Então, só queria que o senhor fizesse, por gentileza, uma relação de como é que está aqui o percentual de atendidos e a demanda.



O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE – Nós temos... no Estado de São Paulo, nós atingimos, em 1998, 100% de água tratada para todo o universo onde a SABESP opera, que na verdade são trezentos e tantos Municípios dos 500 Municípios que São Paulo tem, e nós incluímos aqui a região metropolitana da São Paulo; temos 80% do esgoto coletado e temos em torno de 60% do esgoto tratado. Para atingir essa performance, em 95 houve uma reorganização, uma reestruturação fortíssima da empresa no sentido de reduzir custos, no sentido de aumentar receita e ter uma **performance** bastante positiva na realização de lucro para investimento. Mas os senhores sabem que o setor de saneamento nem nos Estados Unidos vive sem verbas do Governo Federal. No ano passado, teve um simpósio que reuniu todo mundo (privados, estatais), nos Estados Unidos, para tratar do assunto, do negócio água e esgoto, e ficou muito claro que, mesmo com toda a possibilidade e o poder americano de investimento, havia necessidade da participação do Estado na questão água e esgoto. Não é um setor que pode abrir mão da participação do Estado, ou sob forma de dinheiro incentivado ou sob forma de operação do sistema. E esse quadro, aqui em São Paulo, nós estamos caminhando, nos últimos tempos, já que o dinheiro federal é escasso, com dinheiro de organismos internacionais, o Banco Interamericano e o Banco Mundial — mais o Interamericano —, e geração de recursos próprios e lançamento de papéis no exterior, Eurobônus. Mas isso não resolve o problema. Eu acho que de alguma maneira nós temos... O negócio saneamento é um negócio que ele precisa de escala. O negócio de saneamento é um negócio complexo, porque determinadas regiões, como as regiões metropolitanas, são lucrativas, mas a grande maioria dos Municípios pequenos não são. Há necessidade de uma política de Governo



justamente por isso: porque há necessidade de transferência de recursos. Eu acho que essa equação, no Brasil, é uma das equações que ainda estão em suspenso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – O senhor teria condições de arriscar um número em milhões ou em bilhões para chegarmos a 100% do esgoto tratado? E a outra pergunta é com relação aos 200 Municípios que não são da SABESP. Se são da iniciativa privada, se foram privatizados ou se todos municipais.

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Normalmente são companhias estaduais, são companhias municipais ou autarquias municipais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Estão a nível... o nível é mais baixo do que o da SABESP?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – É mais baixo, mais baixo. Um ou outro Município muito rico tem um nível bom de atendimento. Mas o nível na grande maioria é mais baixo. O número para tratamento de esgoto completo seria da ordem de 4 bilhões.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Quatro bilhões.

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – No Brasil, o número que o BNDES divulga é um negócio da ordem de 40 bilhões. Era de dólares. Eu acho que continua sendo de dólares. Não mudou não, apesar do dólar estar se afastando. É uma quantidade maciça de investimento. Nos Estados Unidos, para o senhor ter uma idéia, lá tem praticamente tudo, só para manter o que eles têm e aumentar a tecnologia ou aumentar a... Enfim, diante das novas leis ambientais que estão surgindo nos Estados Unidos, das novas exigências de qualidade do produto água, da qualidade do esgoto, do tratamento do esgoto, os Estados Unidos fizeram um trabalho que nos próximos vinte anos, de 2000 a 2020, eles vão necessitar algo em torno 1 trilhão de dólares para esse negócio, dos quais 500 bilhões de dólares eles,



o negócio água e esgoto gera, geração de receita livre para investimento. Os outros 500 bilhões eles estão negociando com o Governo, só para manter o que eles têm e para dar um aumento qualitativo que a legislação da EPA vai exigir deles nos próximos vinte anos. Então, mesmo lá, a gente percebe que a participação do Estado é algo imprescindível. Só que, lá, o Estado vai participar como forma de fundos subsidiados e outras... É isso que está aparentemente se desenhando.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está bom, eu agradeço. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – José Carlos?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Isso, isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – José Carlos, quantos Municípios que a SABESP opera hoje?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Exatamente trezentos... três, meia, quatro.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Três, meia, quatro?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Inclusive a Grande São Paulo?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – A Grande São Paulo, com exceção de... nós temos alguns Municípios autônomos. Nós fornecemos água bruta, agora nós estamos... não operamos Santo André, São Bernardo, São Caetano, Guarulhos; não operávamos Osasco, agora operamos, Diadema e Mauá.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor citou que antes de 95 para cá foram realizadas todas as obras, iniciadas e terminadas.



**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – De 95 para cá, todas as obras financiadas pelo Governo Federal foram... das 139 obras financiadas, 113 foram iniciadas e concluídas e vinte e seis estão em execução.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá. Isso de 95 para cá?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – De 95, antes de 95, o senhor tem conhecimento de algumas obras iniciadas com o Governo Federal, como tratamento, adutora, que não terminaram ou ficaram paralisadas?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não. Não, não tenho conhecimento. Acho que não existe isso. Não, não tem. Não tem. Sem concluir não tem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nenhuma?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor tem conhecimento de algum Município que iniciou o serviço de adutor, de tratamento de esgoto, tratamento de água (ETA, ETE) que não foi terminado?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não. Não tenho.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Em algum Município não opera a SABESP?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não tenho. Eu tenho conhecimento que a SABESP... esse caso não aconteceu. Agora, de Município eu não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor não tem conhecimento?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não tenho.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor disse que... 139 contratos com o Governo Federal, desse Pró-Saneamento, Sanear...

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – São duas linhas de saneamento: Pró-Saneamento, 96 e 97, e Pró-Sanear.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Desses 139, o senhor citou que cento e...

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Treze estão concluídos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E o restante está faltando recurso para concluir?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não. Estão em andamento normal.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Cronograma de obra normal?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Cronograma de obra normal.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não tem nenhuma com problema judicial?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Nenhuma com problema judicial.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nem com o Tribunal de Contas da União?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Também não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – São todas que estão em andamento, então?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Todas que estão em andamento. Algumas demoraram um pouco para começar porque a Prefeitura tem que tirar... são obras em favela, então, tem que haver uma realocação dos moradores, tudo isso, mas o projeto está em andamento. É simplesmente uma questão de um pouco





mais lento, um pouco mais rápido. Mas nenhuma com problemas desse tipo, todas em andamento normal.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, estão todas em andamento normal e o Governo liberando os recursos normais?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Tudo normal.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dentro do cronograma. Então, não tem nenhuma obra paralisada?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nem antes de 95, nem depois de 95?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Nem antes de 95, nem depois de 95.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A SABESP dá assessoramento também aos Municípios que não são...

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não dá.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não dá?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não dá.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Clovis Volpi.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Só para efeito, Dr. José Carlos, do nosso registro: a sua função na SABESP?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Eu sou assessor da Diretoria Técnica e Meio Ambiente.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – O.k.



**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Essa Diretoria que controla todos os empreendimentos que a SABESP realiza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – O senhor tem atuação no Estado inteiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Sim... Não no Estado inteiro, mas nos Municípios que a SABESP opera.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Que é a maioria dos Estados, a maioria dos Municípios?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – A maioria dos Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – O senhor conhece se tem algum imóvel da União que seria subutilizado, mal utilizado, por esses Municípios que o senhor tem atuação?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, não conheço. Na verdade, eu nunca pensei nisso. *(Risos.)* Eu diria: nunca prestei atenção nisso. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Agora, me diga uma coisa, em relação... o senhor falou na questão das obras da sua Pasta com recursos federais. Tem alguma obra, nenhuma obra que está em andamento com recursos federais que tenha problema em relação à fiscalização do Tribunal de Contas da União?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Não, nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, as que estão em andamento estão em andamento normal?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Tudo normal, tudo perfeito. Licitação perfeita, nenhuma com problema de nada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – O senhor tem idéia de quantas obras têm convênio com o Governo Federal, da sua Pasta?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Quantas obras a SABESP tem financiadas pelo Governo Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Ou em convênio.

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Convênio acho que nenhuma. Financiadas pelo Governo Federal através do Pró-Saneamento e do Pró-Sanear, hoje, em andamento, têm vinte e seis obras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Vinte e seis obras no Estado inteiro?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – No Estado inteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – São obras que são iniciadas pela própria SABESP?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Pela própria SABESP.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – São repasses de recursos?

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Sim. É um financiamento, na verdade, uma linha de crédito onde a SABESP toma o dinheiro, não a totalidade, para a obra; mas dependendo do financiamento, 70, 80 ou 90%. O resto a SABESP coloca e executa o dinheiro. E daí tem uma carência e paga. Na verdade, é um financiamento, como era aquele antigo financiamento da Caixa e do Banco de Habitação, (*inaudível*) não é um dinheiro a fundo perdido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer a sua participação aqui na nossa Comissão e lhe transferir um questionário para o senhor responder, para enriquecer o nosso relatório final, para dar subsídios ao



nosso Relator, agradecendo, naturalmente, a sua presença aqui na nossa Comissão.

**O SR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO LEITE** – Perfeito, com muito prazer. O senhor vê que São Paulo precisa de um pouco mais de ajuda. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Muito obrigado pela sua presença. Está suspensa por cinco minutos a sessão.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) –... convidando para tomar assento à Mesa o Engenheiro Deuzedir Martins, Chefe do 8º Distrito Rodoviário Federal, DNER de São Paulo. Para as suas palavras iniciais, concedo-lhe dez minutos para sua exposição nesta Comissão.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom, Deuzedir Martins, quer dizer, eu sou o Chefe do 8º Distrito Rodoviário Federal, do DNER, no Estado de São Paulo, que tem sob a sua jurisdição todas as rodovias federais, assuntos do DNER no Estado de São Paulo. Com respeito ao convite que me foi formulado a respeito de esclarecimentos referentes às obras inacabadas em rodovias federais sob jurisdição do DNER, no Estado de São Paulo, inclusive preparei aqui um documento, algumas informações, esclarecimentos, que, caso os senhores tenham interesse, estão à disposição. Bom, dentro dessas obras inacabadas que nós temos conhecimento — e já prestamos alguns esclarecimentos inclusive ao Ministério Público —, referem-se, por exemplo, à construção de um acesso às cidades de Lavrinhas e Cruzeiro, na Rodovia Presidente Dutra. É a Rodovia BR-116. Essa foi uma obra que foi iniciada no ano de 94, em agosto de 94, com uma previsão de conclusão em 1995. Essa obra foi contratada com a empresa Construcap e CCPS Engenharia e Comércio Sociedade Anônima e, devido à falta de recursos orçamentários, essa obra foi



paralisada e, posteriormente, o contrato foi rescindido. Como a Rodovia Presidente Dutra, ela foi, entrou no programa do Governo Federal para concessão de rodovias, essa Rodovia Presidente Dutra já entrou dentro desse programa e já está contratada com a empresa Nova Dutra, e essa obra foi executada, esse acesso, esse trevo foi executado pela concessionária Nova Dutra sem nenhum ônus para o Governo Federal. Durante o período em que ela foi contratada pelo DNER para sua execução, num valor de contrato de 852 mil reais da época, apenas 66 mil reais foram consumidos pela empresa, pelos serviços executados. Então, essa obra hoje já se encontra concluída, totalmente concluída, e já em operação. Também uma das obras listadas e consideradas inacabadas estava a implantação e pavimentação de vias laterais na Rodovia Presidente Dutra, no segmento, aqui nas proximidades de São Paulo, entre São Paulo e Guarulhos. Essa obra foi contratada em setembro de 93, foi iniciada nessa época, com um prazo previsto até setembro de 96 — uma obra para três anos —, com a empresa Queiroz Galvão e foi paralisada em dezembro de 93, exatamente também por falta de recursos orçamentários. E, posteriormente, esse contrato foi rescindido. E essa obra já foi parcialmente executada, uma das pistas já foi executada, pela concessionária Nova Dutra, também sem ônus para o Tesouro Nacional e devendo, agora, no próximo ano de 2002, ser reiniciada no sentido contrário. Já foi executada no sentido São Paulo/Rio de Janeiro, e foi executada agora, retomada a obra em 97, e concluída em 99. E está prevista, agora, na programação de 2002 o sentido Rio de Janeiro/São Paulo, a construção dessa pista lateral, também sem nenhum ônus para a União. Temos também listada a rodovia Régis Bittencourt BR-116, relativa à duplicação de diversos segmentos nas travessias urbanas de diversas cidades ao longo da rodovia. Em 1992, o DNER assinou um convênio de delegação com o Estado de São Paulo, o DER de São



Paulo, que assumiu a execução dessa duplicação nesses segmentos, relativos aos Municípios de Miracatu, Juquiá, Registro, Pariqueraçu, e o Município Cajati. Eles foram iniciados, mas não concluídos. Nessa época, o DER assumiu, inclusive com ônus do Estado. O convênio em 96 foi denunciado, e o DNER contratou a conclusão dessas obras, em 1997, fez a licitação — obras essas financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. E as obras hoje se encontram, quase todas elas, já concluídas. Temos elas listadas nos diversos pontos, inclusive com seus valores, termos etc. Hoje, basicamente, todos esses segmentos já encontram-se em operação com duplicação. Nós temos, na rodovia Transbrasiliana, a BR-153, uma implantação e pavimentação do contorno de Ourinhos, uma cidade próxima da divisa com o Estado do Paraná. Em 1980, essa obra foi iniciada e foi quase que, na sua totalidade, numa extensão de 17.9 quilômetros, ela foi quase totalmente concluída, restando apenas um trevo de um entroncamento de uma rodovia estadual a SP-270, que não foi possível, na época, ser executada devido à falta de recursos orçamentários. Posteriormente, esse contrato com a empresa da época foi encerrado, e, posteriormente, foi licitada essa obra em 97. Infelizmente, após assinar o contrato, nós tínhamos recursos orçamentários, mas dentro de uma diretriz do Governo, foram revistas todas as disponibilidades de recursos orçamentários, e esse contrato, não foi possível ser iniciada a obra até o momento. Inclusive, e posteriormente, não tivemos mais disponibilidade de recurso orçamentário para poder iniciar essa obra de entroncamento. Nada foi consumido em termos de recurso. Nada foi iniciado. Então nós inclusive devemos, pelo passar do tempo, devemos rescindir esse contrato. E essa rodovia hoje faz parte de um programa de concessão do Ministério dos Transportes, já iniciadas as licitações com respeito a essa concessão. E nossa intenção é, na impossibilidade de contratar em separado,



incluí-la no programa de concessão onde essa concessionária deverá executar essa obra. Nós temos também listada, na rodovia BR-101 Rio/Santos, a implantação e pavimentação da rodovia, o trecho entre Ubatuba e Cubatão. São diversos segmentos. Temos aqui todos eles listados. Essa foi obra iniciada em 1975. Posteriormente, alguns segmentos foram executados, foram colocados em operação; outros foram iniciados, mas não concluídos. E temos, por exemplo, entre Ubatuba e Caraguatatuba, é uma extensão de 24.8 quilômetros, foram executados 50% daquilo que estava previsto, e já está em funcionamento. Em parte se resolveu, com a paralisação, utilizar a rodovia estadual que existe entre as duas cidades.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Qual é esse trecho?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ubatuba—Caraguatatuba. É um trecho, uma extensão de 24.8 quilômetros. Nós temos de Caraguatatuba a São Sebastião, numa extensão de 8,7 quilômetros, também foi contratado na época. É um trecho mais complicado, que inclusive envolve quase que totalmente na Serra do Mar. Esse segmento foram executadas apenas 42.7% da totalidade das obras. As obras foram também iniciadas em 75 e foram paralisadas em 77. Nada mais foi feito posterior a essa execução, também por falta de recurso orçamentário e, posteriormente, deixaram de figurar dentro das obras prioritárias do Governo. Nós temos, entre o Município de São Sebastião, no Município de São Sebastião, que é a continuidade desse segmento anterior que eu disse, nessa extensão é um outro contrato, de 10,8 quilômetros; e foram executadas também apenas 24,9% das obras. Inclusive, recentemente, a própria imprensa andou até divulgando algumas obras em construção, principalmente viadutos que foram feitos e algumas terraplanagens. Não houve continuidade depois dessas obras. Estão paralisadas desde 1977. E temos a implantação de São Sebastião a Bertioga, um trecho de 57,1 quilômetros. Foram



executadas pelo Governo Federal, pelo DNER, 47% dessa obra. Ela se localiza basicamente num plano. E o Estado de São Paulo, através do DER de São Paulo, achou por bem, posterior à paralisação feita pelo DNER, em 1977, assumir a obra, porque já existia uma rodovia, a SP-055, na região. Então, ele utilizou esse segmento que o serviço do DNER já tinha executado, ele assumiu a conclusão desse serviço, e hoje é operado esse segmento de São Sebastião e Bertioga.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Qual o período que ela paralisou?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Ela paralisou em 1978. Posteriormente, o DR, através de uma delegação, de convênio, assumiu a obra, concluiu. E hoje ela é operada pelo DER de São Paulo através de convênio. Essas são as obras que temos conhecimento; que inclusive já nos foram solicitadas informações a respeito. Basicamente, era o que eu teria a comentar dentro daquilo do nosso conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Em relação às suas palavras iniciais, nós gostaríamos de agradecer a sua presença e passar a palavra ao Relator, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu agradeço, Dr. Deuzedir, a sua presença nesta Comissão. Eu queria lhe perguntar se, na tua área de atuação do DNER, se o senhor tem conhecimento de algum bem ou algum artigo da União que esteja sendo usado inadequadamente ou que esteja ocioso?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom, inadequadamente, não, nós não temos. Em termos de ociosidade, hoje, o que nós teríamos seria um prédio. É uma casa que é destinada à chefia do Distrito do DNER aqui em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Está ocupada?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não está ocupada. Ela está totalmente vazia, não há nenhuma ocupação, não existe nenhuma destinação. Ela, inclusive, o ideal





seria, talvez, até que ela fosse vendida, mas como não existe ainda uma legislação que permite colocá-la à venda, mas ela não está ocupada.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – No interior do Estado, o senhor não tem nenhum conhecimento de nenhum bem?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, muitas vezes, nós temos alguns imóveis sem edificação, apenas terrenos, que foi objeto, em época de construção da rodovia, áreas que hoje não são ocupadas e não existe realmente uma destinação. Foi utilizada na época para construção da rodovia. Como, por exemplo, nós temos uma área, que eu me lembro assim de imediato, aqui em São José dos Campos, à margem da rodovia Presidente Dutra, uma área de aproximadamente 80 mil metros quadrados, mas é um local ruim e que nunca houve, não há uma destinação. Realmente, ela deve ter sido, o que é muito comum durante a construção de uma rodovia, de uma obra, muitas vezes, fazer, utilizar de determinadas áreas, como caixa de empréstimo, ou então até para proteção da própria faixa de domínio do DNER. Mas não temos, hoje, imóvel assim usado inadequadamente. Alguns imóveis que nós possuímos, utilizados por servidores do DNER são mediante contratos, isso de acordo com a legislação que existe, as normas do DNER.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria que o senhor falasse mais um pouco a respeito da Régis Bittencourt, a BR-116. O Tribunal de Contas fez uma vistoria nesta estrada e observou que dois viadutos estavam concluídos, porém, sem as alças de acesso. Um situado no retorno 2 do quilômetro 439 e o outro no assento do quilômetro 527. O senhor podia falar mais alguma coisa a respeito disso para esclarecer.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Pois não. Foram contratados para o viaduto, nós tivemos um contrato específico na construção dos dois viadutos. Todas as obras



de arte, nesse programa de duplicação da rodovia Régis Bittencourt, as obras de arte, viadutos e pontes, foram contratos específicos para isso. E as alças eram incluídas na obra de terraplanagem e pavimentação. No caso específico dessas duas obras, houve uma falha por parte do DNER, quando na licitação, a planilha de quantitativos de terraplanagem e pavimentação, houve uma falha de esquecimento de incluir os quantitativos das alças na planilha da duplicação de terraplanagem e pavimentação. O viaduto em si foi, da forma que foi contratado, ele foi executado e concluído. E já os contratos encontram-se encerrados. As alças não foram, apesar desses contratos terem sofrido aditamento contratual, próximo de 25%, mas nós procuramos, aqui do distrito, privilegiar, priorizar a parte da pista em si de duplicação, que teria a utilização com muito maior intensidade e muito mais importante e muito mais prioritário do que propriamente as alças, o funcionamento das alças dos viadutos. Hoje, as alças dos viadutos já fazem parte de um novo programa que nós devemos colocar em licitação, agora, em breve, para contratação das alças, uma nova licitação, um novo contrato para ser executado essas alças. Ela não constitui propriamente uma obra, vamos supor, inacabada, porque ela está ainda dentro de um período de todo o programa que está em execução. É uma obra financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e ela já, inclusive, nós, para o Tribunal de Contas, já prestamos todos os esclarecimentos, porque, infelizmente, não houve, realmente, uma falha de inclusão, mas, quer dizer, deixaram de ser incluídos aqueles quantitativos. Isso o que aconteceu e que devemos agora fazer nova licitação para esse fim.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – O senhor tem uma estimativa de quando fica pronta essa obra, porque o próprio Tribunal entendeu que essa obra não está gerando nenhum benefício para a comunidade, que houve falha por parte do



DNER. Ele considerou que planejamento não foi adequado. Ele considerou, ainda, que a exploração da rodovia, a própria motivação que levou a justificativa do próprio Diretor — na época, o Genésio Bernardino —, não era convincente. O senhor pode me informar mais a respeito disso? Uma data prevista, uma época que pode ser concluída, porque essa obra não está trazendo benefício social.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – De imediato, assim, realmente ela ainda não está proporcionando esses benefícios. Realmente, houve essa falha por parte do DNER, isso inclusive reconhecemos perante o Tribunal de Contas. Mas essa falha, ela, se me permite, eu gostaria de citar.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Pois não.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ocorre o seguinte. A rodovia Régis Bittencourt possuía, o projeto de duplicação, ele tem mais de vinte anos, apesar de todo esse tempo de vinte anos é um projeto onde ainda é de certa forma atualizado. Evidentemente, necessitava de alguns ajustes que, após a negociação com o banco financiador, isso foi feito com a maior rapidez possível para poder viabilizar a obra. Infelizmente, é um programa que estava atrasado há mais de vinte anos, e a população, a comunidade, e é um tráfego altamente, muito intenso. Hoje, nós temos um tráfego na Régis Bittencourt bastante elevado, onde entre 70% e 80% desse tráfego são caminhões. É a principal ligação entre São Paulo, entre o Sudoeste e toda a região Sul do País. Muito bem, então, foi feita, realmente, essa atualização, de maneira que pudesse ser executada com a maior rapidez possível. Por essa razão, aconteceram algumas falhas. A previsão nossa de conclusão dessas obras, elas vão ser licitadas agora, devemos, a intenção é agora, em Brasília, ser colocada em licitação, e espero que em outubro já seja divulgado o seu edital, e a nossa expectativa que em meados do próximo ano esteja ela concluída.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Muito bem. O Tribunal também fez uma observação que, por falta de planejamento do DNER, houve uma oneração de mais de 5 milhões de reais, 5 milhões e meio de reais naquele colchão drenante de areia, que inclusive viabilizou o asfalto. O senhor poderia falar um pouco sobre isso também?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Deve ter sido num trecho que inclusive ainda não foi nem concluído.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Quilômetro 319 a 336.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Isso. Esse era considerado o lote 2.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Lote 2.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Lote 2. Esse trecho, inclusive, foi feita toda a terraplanagem, não foi possível fazer a pavimentação da pista dupla porque, entre um dos motivos, nós tivemos a não liberação por parte das entidades ambientais de uma pedreira. E como a licitação foi feita com o uso de pedreira local, então, houve a necessidade de se fazer uma nova licitação para novo contrato, utilizando pedreiras comerciais, o que implica numa distância maior. Bom, o que ocorreu? Houve a remoção de solo mole e, também, por uma falha na planilha de quantidade, constava do projeto a remoção do solo mole e o preenchimento. Faz-se a remoção, aquelas cavas e, depois, há o preenchimento de outro material, normalmente um material adequado. E, na época, o mais econômico era areia. Esse quantitativo de preenchimento também não constou da planilha. Não constou da planilha. Utilizou-se esse material que, devido à distância de transporte, era o mais adequado e o mais econômico, porque os outros materiais que poderiam ser utilizado teriam uma distância maior e implicaria custo mais elevado. Então, a justificativa que nós apresentamos foi de que, por uma necessidade, nós não poderíamos deixar essas



cavas abertas, teriam que ser preenchidas para ser concluída a terraplanagem. E, hoje, encontra-se concluída. Esse trecho já foi licitado a sua conclusão. Estamos esperando no momento apenas o resultado da licitação e esperamos iniciar essas obras agora. Espera-se até o final do mês de outubro, já está com o contrato e as obras sendo reiniciadas. É um trecho de aproximadamente 18 quilômetros e muito importante. E, hoje, é um dos segmentos que mais ocorre acidentes na rodovia.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria que o senhor falasse mais um pouco. O que o senhor atribui a essas falhas nos planejamentos que ocasionaram, inclusive, oneração de mais de 5 bilhões de reais, nesta obra? Foi feito de forma açodada, ou foi feito por pessoa incompetente, ou que não tiveram a percepção de conhecer essa área? Como foi feito isso que não previram duas coisas que me parece que são coisas básicas, não são coisas tão complexas? Numa visualização rápida, a gente vê que não há uma complexidade, parece-me que foi um deslize no planejamento. O que o senhor atribui a isso?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom, realmente, não é nada complexo, muito pelo contrário, é bastante simples. Eu não considero que ela tenha onerado a obra, porque, na realidade, se não houvesse a falha de ter incluído na planilha, aquele valor estaria...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Permita-me?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – A afirmativa de oneração não é nossa, é do Tribunal de Contas, que entende que onerou a obra em um terço do seu valor.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Certo. Eu considero até essa... porque caso não houvesse essa falha de incluir os quantitativos na planilha, esse valor estaria já



inserido e o custo teria sido elevado. Então, o contrato inicial teve um determinado valor, faltando esses quantitativos. Com certeza, não havendo essa falha, esse valor do contrato seria superior ao que foi feito na época. Bom, com respeito porque que ocorre esse tipo de falha? Hoje, infelizmente, o DNER não conta com uma estrutura que deveria ter, adequada, e as coisas nem sempre têm tempo suficiente para ser analisadas, quer dizer, serem, vamos supor, conferidas, porque, basicamente, é um erro de conferência, porque existia no projeto. Não é falha de projeto. O projeto contemplava esse tipo de serviço a ser executado. Tanto é que não houve, por exemplo, uma má-fé do DNER, porque o projeto já considerava esses quantitativos, já considerava esse serviço, como, por exemplo, no caso da alças também já existia no projeto a previsão de se executar essas alças. Apenas ao elaborar a planilha de quantidade de serviços, por uma falha de atenção, eu considero assim, dessa forma, faltou incluir aqueles quantitativos relativos àquele serviço. Mas não foi um serviço novo que foi inserido, foi considerada após a contratação e, sim, deixou-se de considerar os quantitativos que estavam previstos.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria apenas registrar que a afirmativa do TCU difere um pouco do entendimento do senhor, quando ele diz que por falta desse trabalho drenante surgiu a erosão que inviabilizou o asfaltamento. Talvez se tivesse feito o colchão drenante não tinha ocorrido a erosão e, certamente, poderia fazer o asfaltamento e o custo seria menor. Aqui embaixo ele diz mais ainda: a falta do colchão drenante no projeto base constitui infração ao art. 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/93. Esse dispositivo estabelece, entre outras exigências, que as obras somente poderão ser licitadas quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressam a composição de todos os custos unitários. O projeto básico, que deveria fornecer todos os parâmetros para a definição do custo do empreendimento, foi



deficiente. Esse é o registro e que eu pedi para o senhor falar para ver se desimpactava um pouco do que está aqui.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom, sobre a questão das erosões e o colchão drenante, ele, na realidade, o preenchimento dessa cava, quer dizer, ela foi necessária porque se retirou um solo de baixa qualidade e colocou um solo de melhor qualidade. Não era propriamente ao longo de toda a rodovia um único colchão drenante, com a finalidade de um colchão drenante como protetor das camadas superiores de uma rodovia, mas, sim, para preenchimento em determinados locais, não é contínuo ao longo dos 18 quilômetros. Em determinados locais se fez a remoção de um solo e foi repostado outro solo de melhor qualidade. Não foi esse solo, não foi esse preenchimento que provocou essa erosão. Essa erosão, inclusive, é posterior a essa visita da inspeção do Tribunal de Contas. Nós já tivemos outras inspeções. Inclusive, tivemos a oportunidade de expor esse assunto para o auditor. E ele fez nova visita ao trecho. Ocorre o seguinte: é que foram feitos todos os serviços de terraplanagem. E qualquer serviço de terraplanagem que fica, durante um certo tempo, sem a complementação do seu serviço, ou seja, sem a pavimentação, ele está sujeito, evidentemente, a algumas erosões, em decorrência dos períodos de chuvas. Nós procuramos... nós fizemos uma proteção em toda a extensão do trecho que foi terraplanado, que foi feito o serviço, com material adequado, menos permeável, uma argila que nós colocamos 20 centímetros ao longo de todo o trecho, e fizemos diversas drenagens para proteger. Evidentemente que, hoje, eu considero que a deterioração desse trecho, em razão das chuvas, é baixíssima, apenas alguns sulcos, que é natural. Isso não há como deixar de ocorrer. Então, eu considero que foi muito baixa. Quando o Tribunal de Contas citou algumas erosões, eram pontos localizados onde tinha ocorrido, talvez, uma



incidência maior de concentração de águas da chuva, que também são coisas que ocorrem com frequência, normalmente, em qualquer rodovia. Isso, inclusive, já foi recuperado pela própria manutenção da rodovia que nós temos e já foi, inclusive, objeto de mostrar ao próprio Tribunal de Contas sobre essas ocorrências. Agora, na realidade, no projeto de engenharia ele é completo e ele já contemplava esse preenchimento das cavas. A falha se deu não considerar esses quantitativos no total na planilha de quantidade. Ou seja, tem lá 10 mil metros cúbicos de material e deveria ser 12 mil, 11 mil, alguma coisa assim. Então, foi uma quantidade inferior. Então, não foi, inclusive, superestimado.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - O senhor tem o Contrato PG 70/96 com a PRODEC, Consultoria para Decisões Ltda., e o 139/97, com a ECD, Consultoria e Engenharia Ltda. Esses contratos tiveram vários reajustes. Foi estabelecido algum critério de observância à 8.666?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Foi. Inclusive, essa pendência, que na época o Tribunal de Contas levantou e questionou — ele já deu até um parecer conclusivo, liberando o DNER sobre esses aditamentos —, eles são aditivos. Na realidade, a prestação de serviços de consultoria é feita em função do desenvolvimento da obra. Quando se tem uma obra que está em andamento, tem de ter necessidade desse apoio gerencial, desse apoio de supervisão na fiscalização da obra. Muitas vezes, uma obra tem um prazo de dois anos, dando como um exemplo, de execução. Então, se faz um contrato com uma firma de consultoria, no caso de uma supervisão, por exemplo. Nós sempre procuramos fazer colocando um ou dois meses além do prazo da obra, exatamente para esse um mês a mais — 30 dias ou 60 dias, não chega a 60 dias a mais — é exatamente para fazer a conclusão de serviço da parte da supervisão. Tem que fazer todo um levantamento do que que foi





feito, todo um relatório completo etc. Muito bem. Então, o prazo e a supervisão, ela ganha o valor contratual em função da mão-de-obra que ela emprega. Nós pagamos engenheiros, pagamos consultores etc. Quando ocorre uma paralisação, por qualquer motivo, de uma obra ou uma dilatação de prazo de uma obra, automaticamente deve ocorrer a dilatação do prazo da consultora, da supervisora. Se a obra, que estava prevista para dois anos, foi feita em três anos, temos de ter a consultora para três anos. Então, isso não chega a caracterizar, e do que o DNER expôs, propriamente um aditamento de valor contratual de acréscimo de serviço, mas, sim, em função da prorrogação dos prazos que foram necessários para atender a fiscalização dessa obra. Nós tivemos... E os dois casos da PRODEC, como da ASD, foram exatamente em decorrência disso. A equipe que estava prevista foi mantida, não houve dilatação, apenas em função do prazo. O DNER paga não por quantidade de serviço, mas por homem/hora de serviço, homem/mês. Então, quando uma obra paralisa por falta de um recurso ou uma necessidade de uma avaliação técnica de determinado serviço, nem sempre é possível paralisar também a consultora, porque, muitas vezes, se precisa da consultora para fazer análise de técnica etc. E também o seguinte: a consultora, no caso nosso, ela não supervisiona, não fiscaliza apenas um contrato de obra, mas são vários contratos. Por essa razão é que houve essa dilatação de prazo e deu esse caráter de aditamento. O Tribunal de Contas, inclusive, recentemente, agora, se não me engano, em julho ou agosto, já...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Acatou a justificativa.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Já acatou a justificativa, já foi votado em plenário.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Presidente, muito obrigado. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Passo a palavra ao Deputado João Coser. Só solicitar ao Dr. Deuzedir que seja um pouco mais sucinto na resposta só para poder dar tempo para todo mundo fazer esses questionamentos. Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Deuzedir e até saudá-lo pela presença. Eu gosto das pessoas que vêm discutir os problemas e os desafios. Infelizmente, alguns companheiros de outros órgãos aqui do Estado não tiveram o mesmo comportamento. Portanto, tem já o meu respeito pela disposição de vir aqui e conversar com a Comissão. Para nós é muito importante.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Eu estou um pouco preocupado com o que já conhecia e com o que eu estou ouvindo. Então, vou fazer as perguntas. Se forem duras, são extremamente respeitadas, porque nos assusta quando a gente vê algumas coisas acontecerem e aparentemente muito fáceis de ser identificadas. E aí tem justificativas, porque, na prática, o senhor está justificando um erro que não foi pessoal. Mas a impressão é que esse projeto foi feito por um cego — desculpe a expressão grosseira —, porque esquecer de um braço de viaduto já é uma coisa meio anormal. Tudo bem lá, o problema da areia, debaixo do solo, pode ser uma falta de identificação. Nós poderíamos até... Então, é triste nesse sentido, porque essa rodovia nos parece... Eu não sou de São Paulo, conheço pouco, tanto que o senhor falou um monte de nome, mas não consegui nem anotar, porque são diferentes lá dos nossos. Mas, é uma rodovia importante. Portanto, esse projeto é



um projeto importante. Ele foi tratado por um bom tempo. Então, ele não é um projeto qualquer. Falando só especificamente da 116. Então, a primeira questão que eu gostaria de levantar é se é comum a impressão de que há assim deficiência exagerada no planejamento desse projeto, um pouco de exagero nos erros, vamos dizer assim. Eu não sei se o projeto é de que período especificamente, se o senhor já exercia função no órgão neste período, qual a função. Se o senhor pudesse me situar, especialmente no seu caso, antes de eu fazer as outras perguntas: como o senhor estava, se já era do órgão, se já dirigia o órgão, se exercia alguma função específica e, neste projeto especificamente, se atuou como engenheiro ou como parceiro dos outros.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Eu sou do órgão, de carreira. Mas, nessa época, esse projeto, ele foi elaborado em 19...., começou a ser elaborado em 1976, 77. E foi concluído em... Tanto é que parte dessa rodovia foi duplicada. Em 78, foi concluída a primeira parte da duplicação, 90 quilômetros; 300 existentes no Estado de São Paulo. Naquela época, eu era um engenheiro auxiliar. É pela segunda vez que dirijo o DNER aqui em São Paulo, na chefia do Distrito. A primeira foi de 87 a 90. E agora eu assumi em 95 e estou até o momento. Mas não houve erro no projeto. O projeto, ele contempla, contemplava as alças; era prevista a construção das alças. Era previsto o preenchimento dessas cavas. O erro foi de pegar as quantidades de serviços, os quantitativos, por exemplo, a quantidade de terraplanagem para as alças, pavimentação, e somar com as demais na planilha. O projeto em si...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Consta as alças.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Consta as alças. Embora seja um projeto de mais de 20 anos, ele hoje é um bom projeto. Ela é uma rodovia muito segura, ela



tem... são duas pistas. No caso de São Paulo, a duplicação possui acostamento de 3 metros, que é o indicado, mais faixa de segurança junto ao canteiro central. E o canteiro central tem uma largura em torno de 10 metros. Então, é uma rodovia adequada. Esses retornos, por exemplo, inclusive, sofreram, principalmente esse retorno nº 2, citado nº 2, sofreu um deslocamento exatamente em decorrência de que se procurou atualizar a necessidade da comunidade de uma maneira mais atual, porque, na época em que foi projetado, se previa o desenvolvimento nessa cidade, uma cidade chamada Registro, que teria um núcleo habitacional que sofreria um desenvolvimento, o que não aconteceu. Desenvolveu em outro ponto. Então, houve... Inclusive, submetemos à sede do DNER em Brasília a aprovação do deslocamento desse trevo. Então, o projeto em si é um bom projeto. Apenas é uma — considero realmente —, é uma falha...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Humana.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Primária, humana de considerar aquele quantitativo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Só uma pergunta. Apesar dos viadutos estarem inoperantes, há um constatação do Tribunal de Contas de que foram gastos especificamente nessa área aproximadamente 1 milhão de reais. É um recurso perdido ou ele está incorporado, será deduzido na fase de contratação dos dois acessos?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não houve nenhum dispêndio a mais. Na realidade, as obras que foram executadas serão utilizadas agora. Então, o que foi feito foi o viaduto. Se não tivesse sido feito o viaduto, teria que ser feito agora. Então, nesse viaduto, nada houve de excesso ou de falta. Foi um contrato à parte, foi contratado o viaduto e foi feito. E agora é fazer o acesso a esse viaduto. Então,



nessas alças, não haverá nenhuma perda de recurso. Economicamente, financeiramente, não houve nenhuma perda, nenhum excesso. Se o senhor colocar: bom, deixou-se de utilizar uma obra, que poderia estar sendo utilizada. Realmente, se tivéssemos condições de ter executado, tivéssemos quantitativo suficiente para executar as alças, essa obra hoje, evidentemente, estaria sendo utilizada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Com relação ao viaduto 2, tem um problema ou teve um problema no processo de desapropriação das áreas. Possivelmente, não foi negociado antes. E nesse trecho o senhor espera muitos problemas com relação ao meio ambiente, como falta de autorização para ampliação de áreas em função de uma não-cessão da área ambiental?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Sim, com respeito à desapropriação, a região Vale do Ribeira é uma das regiões talvez mais pobres aqui de São Paulo. É muito comum as propriedades, principalmente de moradores à margem da rodovia, não possuírem titularidade daquela área. Eles fazem a sua casinha e não têm titularidade disso. Então, nós temos muito desse tipo de situação. Quando isso ocorre, normalmente nós recorremos à Prefeitura, conversamos com o Prefeito, no sentido de ele ajudar nessa realocação desses moradores. Nós poderíamos promover uma desapropriação, inclusive do imóvel, de forma mais... Iríamos fazer depósito em juízo e o morador obteria uma emissão de posse e o morador teria de sair. Eu acho que estaríamos criando um problema social. Então, nós procuramos sempre a Prefeitura local. E, no caso do retorno 2, é um caso semelhante, já temos entendimento com o Prefeito. Ele vai promover a realocação desses moradores, daqueles que não têm condições de ser desapropriados, legalmente desapropriados, fornecendo outras moradias, etc., outro local para que eles instalem suas casas. Aqueles que têm condições, têm toda a documentação, nós procuramos



fazer as desapropriações. Há recurso previsto para isso. Então, não há nenhuma dificuldade quanto a isso. Com respeito à parte ambiental, realmente é uma das partes mais difíceis que nós tivemos. Tivemos várias situações e existe hoje, inclusive, trabalho do DNER nessa área, que é inédito no Brasil, com respeito à parte ambiental. Nós tivemos, nesse segmento em que houve a questão de substituição de solo mole, um dos motivos do encerramento do contrato foi exatamente a não-liberação de uma pedreira por parte da área ambiental. Tivemos diversos, vamos supor, motivos de aditamento a valor contratual em outros segmentos, exatamente por exigências por parte da área ambiental. Nós tivemos uma pedreira que, inclusive, não era virgem, é uma pedreira que já tinha sido utilizada pelo DNER, que demorou bastante tempo para ser liberada, porque foram detectados alguns ninhos de ave. Inclusive, foi amplamente divulgado, um papagaio do peito roxo, que é uma ave realmente em extinção. Nós fizemos um levantamento, contratamos um especialista no assunto. Tivemos uma exigência da parte ambiental da Secretaria de Meio Ambiente para fazer o monitoramento desses papagaios durante a execução da obra. Nós fizemos, e firmamos agora, este ano, um contrato, por exigência da Secretaria do Meio Ambiente e do IBAMA, para que fizéssemos um trabalho educacional, junto às comunidades ali próximas, voltado à preservação dessa ave. Nós estamos iniciando agora esse tipo de trabalho e, inclusive, nesse segmento, que é próximo da divisa com o Estado do Paraná, nós tivemos até um atraso na obra exatamente em decorrência dessas formalidades de liberação devido ao papagaio.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Só uma questão. Nessa rodovia, será feita concessão ou foi feita concessão? Esses acessos serão incorporados como



custo da concessionária, que levará a ter um aumento de custo no pedágio, ou eles serão executados com recursos da União, via DNER?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Os acessos que o senhor cita...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Esses dois que eu estou falando, especificamente. É da mesma rodovia, os retornos...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ah, o retorno, sim. Não, esse... A rodovia, ela vai ser concedida. Inclusive, o ano passado já foi iniciado o processo de licitação, com a entrega da primeira documentação. Posteriormente, o Tribunal de Contas pediu vistas ao processo; já fez a liberação agora, recente. Eu acredito que o Ministro deve dar continuidade a essa licitação. Ela será toda ela privatizada, concedida. As alças para esses viadutos serão executadas diretamente pelo DNER através de um contrato, que nós vamos colocar em concorrência agora nesse...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Serão executadas?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Serão executadas. Então, não consta do programa de concessão. Na concessão, são outros programas que...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Eu vou ler um trecho aqui do documento do Tribunal de Contas para ficar registrado; acho que é importante. Vem falando de outras irregularidades descobertas, foi um grave erro de engenharia no lote 2, 319 a 336. Naquela região, não foi prevista a necessidade de um colchão drenante de areia, não foi previsto, omissão que fez surgirem pontos de erosão e que ocasionou a inviabilidade de pavimentação do trecho, que o Deputado já citou, trazendo com que ocorresse perda de serviços já realizados. Em consequência, as obras foram oneradas em 5 milhões e 503 mil. Então, aí a minha pergunta é a seguinte... Num País... Nós estamos com muita dificuldade para arrumar recurso, inclusive para manutenção das rodovias federais, tapa-buraco. Cinco milhões para nós — e eu sou



membro da Comissão de Orçamento — é uma fortuna. E para nós, do Espírito Santo, aí é uma fortuna muito maior, porque, com 5 milhões, a gente faz quase a estrada inteira. Então, essa é a pergunta. Isso não é muito, não é um prejuízo considerado, assim, grande? Na visão de quem mora em São Paulo, uma metrópole, talvez...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Na visão de quem mora em São Paulo e cuida das rodovias federais, realmente 5 milhões é muito dinheiro, principalmente, como bem disse V.Exa., na parte de manutenção das rodovias, de conservação, faz uma falta enorme. Na realidade, não houve... O ônus que eu considero que houve com respeito, vamos supor, a esse dispêndio, é por não ter incluído, não ter colocado, para constar na planilha de quantidades, esse volume. Na realidade, não pagamos a mais, não houve um dispêndio a mais em decorrência disso, porque, se tivesse sido incluído, teria sido gasto aquele valor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Mas a paralisação não causa um ônus maior? Inclusive, depois, numa outra pergunta que eu vou fazer, na concessão, isso não levou a obra a se alongar, gerando lá na frente ainda um outro custo?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – A paralisação da obra, ela não foi decorrente só desse serviço. Esse serviço foi feito, se gastou um pouco mais. Mas nós tivemos, um dos maiores motivos de paralisação dessa obra foi a não liberação da pedreira. E nós não poderíamos adotar o uso de pedreira comercial, porque nós estaríamos alterando o edital de concorrência. Então, não foi só esse motivo. Agora, apenas complementando, no caso da concessão, esse tipo de trabalho que o DNER vai executar — e ele deverá; espero estar concluído isso em meados do ano que vem —, não virá a onerar em nada a concessão, a concessionária, porque não faz parte do programa da concessão.





**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Só uma pergunta. Tem um contrato 177 com uma empresa de comunicação que, na passagem dos cabos de fibra óptica, teve um problema. O senhor poderia situar isso, se está resolvido, qual foi o dano causado nos canteiros, paisagismo, nessa área central e como é que foi sanado, se teve algum ônus para a União, no caso, o DNER.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, não teve ônus, não. O que ocorreu foi durante a visita de inspeção do Tribunal de Contas. O DNER tem feito, em vários pontos do País, contratos com empresas que ocupam a faixa de domínio do DNER. E, nesse caso, tinha uma empresa, que detém contrato com o DNER de uso dessa faixa de domínio, que tinha executado, estava executando valas para colocar, instalar esses cabos de fibra óptica, em locais em que já tinha sido executado serviço de duplicação, quer dizer, já tinha o DNER executado, vamos supor, terraplanagem, já estava inclusive gramado, etc. Então, essa empresa veio, fez uma vala para instalar esses dutos. Nós tivemos inicialmente algumas dificuldades com a empresa. Ela instalava, e a recuperação não foi aprovada por nós. Tanto é que o Distrito Rodoviário, isso foi inclusive mandado documento para o Tribunal de Contas, paralisou por diversas vezes esse serviço das empresas, dessa empresa. Exigiu que fossem novamente recuperadas essas áreas, sem o que ela não poderia dar continuidade ao serviço. Todo o trecho já foi recuperado e não houve nenhum dano, prejuízo com respeito a isso, e nenhum ônus para o DNER.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Uma pergunta. O senhor é Chefe de Distrito, mas não sofreu nenhuma penalidade. Por que as penalidades eram todas ao Dr. Genésio Bernardino, como Diretor do DNER? Ele que recebeu as duas multas. Ele era o ordenador, ele é que determinava ou vinha ordem de cima,



passando meio por cima do DNER local, e ele respondeu por essas decisões?

Porque as multas do Tribunal de Contas não foram para o senhor, foram para ele.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ele, como Diretor-Geral, passa a ser o responsável por tudo o que acontece no DNER.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Em tese. Nós temos no nosso Estado multas ao Diretor, ao chefe do Distrito, as pessoas que notaram a assinatura.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Sim. Bom. No caso dos acontecimentos, esses que estou citando, por exemplo, não houve nenhuma participação do Distrito na, por exemplo, na feitura da planilha dessas quantidades. Isso foi todo feito em Brasília. Aprovação de um projeto é feita em Brasília. E lógico, quando se faz um projeto aqui, há um acompanhamento do Distrito. Na época, houve o acompanhamento do Distrito. Mas, por exemplo, a licitação, a concorrência é toda centralizada em Brasília. Então, esses quantitativos, esses... o exame das propostas de tudo foi feito em Brasília. Não houve a participação do Distrito. O Distrito recebeu o projeto, recebeu as quantidades, valores etc. O Distrito age na execução daquele projeto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Quando é que essa obra precisaria ter sido concluída? O prazo final dela pela licitação inicial? O senhor tem isso em mente?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom. Eu agora, de pronto aqui, para dizer para o senhor, mas eu posso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Então, deixa eu fazer a pergunta seguinte, por que aí eu queria fazer uma pergunta, se existe negócio melhor nessa área do que montar uma empresa de consultoria. Eu acho que isso é uma coisa fantástica. A empresa foi contratada, ASD Consultoria, para 3 milhões e 710, em



31/07/97, portanto, essa obra não deveria ser uma obra de um ano, e, em 21/12, já foi assinado um outro contrato e já passou a 7 milhões, portanto, um pouco mais do que o dobro. É bom demais esse negócio. Então, eu estou assim impressionado. Eu acho que não tem negócio melhor, nem fazer a obra em si. Então, a minha pergunta com relação ao final da obra vinha nesse sentido. Eu quero saber se extrapolou três anos. Não pode porque o contrato anterior só tinha três anos de antecedência. E eu sei mais ou menos como é que você faz uma consultoria, como é que você acompanha. Então, tenho a impressão de que aqui tem uma coisa assim muito vantajosa. Os recursos que foram agregados a esse contrato, inclusive descumprindo a Legislação nº 8.666, dos 25%, que seria o suportável numa normalidade, tanto que você já permite corrigir 25%, porque está prevendo que num período que não se tem inflação, portanto não pode se justificar aditivos para corrigir inflação ou coisa desse tipo. Os dois contratos de consultoria têm um acréscimo muito superior ao permitido pela legislação e ao permitido pela lógica, vamos dizer natural, que seria assim um tempo um pouco maior. Então se tem explicação para isso. O senhor já deu uma explicação anterior: a questão do tempo. Eu fiquei tentando calcular se a explicação, ela conseguiria justificar aí. Honestamente aí, com todo o meu esforço e boa vontade, eu não consigo me convencer de que um contrato de 3 milhões e 700 possa passar a 7.500 com tão pouco tempo. Então, a impressão de que é uma coisa assim fora do normal, além de ser fora da legislação, que a legislação prevê 25%. Por isso a minha pergunta: se tem negócio mais vantajoso, sem nenhuma acusação, sem nenhuma insinuação. É o objetivo mesmo concreto. Eu acho muito exagerada essa correção. Os 25% seriam naturais, permitidos, pela legislação e pela cultura, mas cento e poucos por cento é muito.



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Veja. Esses contratos de supervisão atuavam sobre diversos outros contratos e nem sempre todos esses contratos e essas outras obras iniciam ao mesmo tempo e terminam ao mesmo tempo. E quando se tem, por exemplo, um aditamento, a uma obra de 25%, que é previsto, ela geralmente é em decorrência de um acréscimo de serviço. A empresa tem o direito de ter 25% de acréscimo no seu prazo, porque seu prazo inicial para executar uma determinada obra, num determinado tempo. Se essa obra é aumentada, esses quantitativos de serviço, automaticamente, em linhas gerais, na mesma proporção de percentual de acréscimo, há o acréscimo do prazo. Então, muitas vezes o senhor tem três, quatro contratos, esse no caso da ASD, ela fiscalizou, se não me engano, em torno de uns três ou quatro contratos, incluindo obras de arte, onde ela tem de atuar. Enquanto tiver um contrato, tem de haver uma empresa supervisora. Muito bem. Poderíamos, vamos supor, encerrar o contrato. Em vez de aditar vamos encerrar. Isso geraria um prejuízo muito grande na obra porque automaticamente teríamos de ter uma nova licitação para um novo contrato, que poderia até ter valores superiores ao anterior. Então, veja, na medida que nós mobilizamos as equipes mais ou menos de acordo com a intensidade da obra. Geralmente a obra, no início, ela tem uma mobilização relativamente pequena, vai crescendo até no desenvolvimento da sua obra. Depois ela tende a cair.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Só uma pergunta. Duas perguntas. Quando vocês contratam uma empresa, isso vocês não levam em conta? Vocês já sabem que é assim. E a segunda pergunta — tem uma lei que fala que é 25% —: Vocês observam essa lei? Porque todo mundo dá a mesma justificativa. Uma justificativa que todo mundo já sabe. Você começa num ritmo de 50, vai acelerando para chegar no ritmo de cem, quando você contrata uma consultoria, você tem que



contratar considerando esse ritmo, que é o ritmo natural de qualquer obra. Então, dá a impressão que tem uma lei mas que ninguém leva a sério. E aí tudo se justifica. Porque se tem uma lei que diz que é 25% você respeita. Quando está chegando nos 25%, antes de paralisar a obra, se faz uma nova licitação, mesmo que isso venha ter um custo um pouco maior, mas cumpre-se a lei, porque muitas vezes para cumprir uma lei você paga. Porque o DNER, aqui não é uma coisa de São Paulo, o DNER não cumpre essa norma. Ela não vale os 25%, não vale para o DNER. Ele não cumpre em lugar nenhum. Nós tivemos casos por aí a fora que é loucura. Eu acho que nós vamos ter problema com alguns chefes de Distritos do DNER. Não é o caso aqui, o caso aqui a gente tem esse aqui, mas têm coisas muito graves nessa área, obras contratadas por um valor que duplicou. Aí é a obra, não é o contrato de consultoria. Então, a impressão que tem uma cultura no órgão, que isso é uma lei que a gente faz de conta que tem. Mas ela não é para ser seguida; senão, na hora que os senhores fossem fazer o contrato, fariam com esta preocupação, já faria ele considerando o tempo, alongaria o tempo, mesmo que fosse contratado um pouquinho mais caro, porque você sabe que você só pode limitar 25%. Então, a minha pergunta é se essa lei não vale para dentro do órgão, se a orientação é essa. De fato existe, mas nós temos facilidade de burlar e aí vamos fazendo de acordo com o que tiver possível.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não....

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – O legislador tem que me cobrar o cumprimento das leis, porque, do contrário, eu tenho que largar a minha função e cuidar de uma outra coisa. Se eu faço uma lei, se tem uma lei que diz que ela existe e os 25% é para moralizar, para colocar um freio, acima daí tem que ter um outro



contrato e ninguém cumpre, ou eu mexo na lei, ou então de fato eu não cumpro o meu papel.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Nós procuramos sempre.. Dentro do DNER é cumprida essa lei do limite de 25%. O que surgiu de discussão foi sempre em cima da parte da supervisão das consultorias e que inclusive o DNER apresentou a justificativa que ele não interpreta como um acréscimo de serviço ou no caso da supervisão, porque ela é em função da execução da obra. Poderia paralisar a supervisão e deixar a obra seguir. Aí ficaria sem uma condição de fiscalização. Então, veja, nessa parte até o Tribunal de Contas realmente reconheceu. Em termos de obras sempre foi obedecido. Ocorre quando há necessidade de ultrapassar os 25%, o DNER encerra o contrato e faz nova licitação. Até porque, o seguinte, durante um projeto de engenharia, feito o projeto, ali existem dados, são estimados, e muitas coisas acontecem durante a execução que não é possível se perceber, se ter, se considerar na fase de avaliação desse projeto. Por exemplo, nós tivemos vários casos onde somente durante a execução da obra é que nós tínhamos certas liberações na área ambiental, onde nós tínhamos de obter a autorização da entidade competente para que nós pudéssemos, por exemplo, colocar um material que foi escavado, que nós chamamos de bota-fora, quer dizer, aterrar em outro lugar. Esse outro lugar, que no projeto estava previsto numa determinada distância, muitas vezes a área ambiental não autorizava, e só autorizava numa outra distância maior, que gera um custo maior, então, algumas outras exigências que durante a obra são feitas, apesar dos estudos que são previamente elaborados e apresentados para a área ambiental para ser aprovado. Mas mesmo assim, durante a execução, isso são questionados.



**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Tá bom. Eu estou satisfeito com essas perguntas nessa área, mas eu depois... o senhor falou de uma forma explicativa na exposição e foi extremamente cauteloso. Eu não consegui acompanhar tudo. Eu gostaria depois de saber daquelas obras — Ubatuba, Guara...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Caraguatatuba.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Caraguatatuba, é. E 24 quilômetros, depois uma de 7,8. Uma foi feita 50% naquele período, uma 42%. Essas obras foram concluídas depois?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não. Elas estão paralisadas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Essas duas estão paralisadas.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Essas obras, os contratos foram encerrados, inclusive eu tenho todos esses dados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Estão aqui?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Estão aqui, se os senhores...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – São Sebastião, Ibituba também paralisada, 47 quilômetros.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ubatuba.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Ubatuba, no caso aqui, também paralisada.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, tem uma parte...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Tem duas, uma de 10,8, executada a 24,9%, e uma de São Sebastião, 57 quilômetros, executada 47%, paralisada em 78. Essa foi concluída, né? O Estado concluiu.



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, exatamente. Inclusive, entre Ubatuba e Caraguatatuba, parte do que foi feito foi parte utilizada pelo Estado na rodovia que ele opera hoje, mas...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Cinqüenta por cento, no caso. Dos 50% executados, parte foi... o senhor colocou que 50% foi executado. O outro 50% ainda não foi executado, nem pelo Estado, nem pela União. Então, aqui nós temos de fato obras inacabadas, no caso.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ubatuba, Caraguatatuba, quer dizer, na época foi executado 50%, e a obra foi paralisada logo em 1978.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - E os outros 7,8 quilômetros também. O outro também, 42%.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Eu tenho todos os dados aqui, inclusive o número dos contratos, tudo direitinho, e...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Aquele trevo lá de São Paulo, o Paraná, também o trevo não foi concluído, não foi executado nem depois. Contorno Dorinhas—Paraná, alguma coisa assim.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ah, sim, de Ourinhos. Esse de Ourinhos, o que falta ser executado é esse trevo de entroncamento com uma outra rodovia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não foi feito o trevo.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ele foi contratado, nada foi gasto e nada foi feito.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Tá bom. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira. Solicitar mais uma vez...





**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu gostaria... as minhas perguntas que puder responder “sim”, mais rápido, porque eu tenho muitos tipos de pergunta para serem feitas. O DNER, ele tem por norma, antes de licitar uma obra, contratar uma firma de projetos. No começo, eu vim suscitando se o DNER não tem estrutura para fiscalizar, por isso que houve o motivo dos viadutos. Mas para fazer os viadutos foi contratar uma firma de projetos. Foi ou não foi?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Foi.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, a firma de projetos substituiu a falta de pessoal do DNER. E essa firma é obrigada a dar todo o quantitativo, é obrigada a fazer todo o quantitativo e entregar toda minuta de quanto vai gastar de terraplanagem, de bota-fora, de tudo, até distância do cascalho da terra boa, tudo. Essa firma que executou esse projeto desses 2 viadutos, ela não previu isso no orçamento, no projeto dela?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom. Esse projeto de toda rodovia, ela foi feita há mais de 20 anos. Então, uma empresa... o projeto constava as alças e constava esses quantitativos. Já se sabia desse quantitativo. Nessa revisão que foi elaborada mais recente, não foi considerado, na somatória, na planilha desse serviço, mas estava previsto, não para a empresa que executou o viaduto, mas para a empresa que estava executando a duplicação, ou seja, o serviço de terraplanagem e pavimentação. Esses quantitativos existiam.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Existiam?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Era conhecido. Só que não foram incorporados na planilha.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá. Mas deixa eu fazer uma pergunta. Esses 2 viadutos, foi feita licitação separado da rodovia, da duplicação, ou foi feito na duplicação em geral?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Ela foi na duplicação, mas foram contratos distintos. Esses 2 viadutos, cada uma foi um contrato. E além disso, quem caberia fazer as alças seriam duas outras firmas também.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Em 1990?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, esse agora foi mais recente. A licitação para execução foi agora recente, em 95.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, dos viadutos?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Dos viadutos também.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá. Ele foi calculado em 1990 no valor de 600, e chegou a que preço esses viadutos?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Esses viadutos...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Preço de 1990: 680, em 1990. Sobre o preço em 1990.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, eu... porque... na realidade, esse reajuste, ele é em função de um índice calculado pela Fundação Getúlio Vargas próprio para esse tipo de obra. Para cada tipo de obra tem um índice.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas deixa eu explicar para o senhor. Um desses viadutos foi em Retiro, cidade de Retiro, né?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Registro.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Registro.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Sim.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Onde tem o maior número de acidente. Em Registro, eu já vi pela imprensa, o maior número de acidente foi a travessia da rodovia.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, não acontece... esse local não é onde ocorre o maior número de acidentes nem um dos mais perigosos, mas a rodovia, de um modo geral, como um todo, é uma rodovia perigosa pela característica do tráfego que ela possui, de 80% de caminhões e ônibus.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas me parece que o pessoal de Registro chegou a fechar a rodovia por causa da passagem.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, esse fechamento... aconteceram diversos fechamentos. Foi principalmente na região de Juquitiba, onde se fazia inclusive muita manifestação em prol da duplicação da rodovia, até se autodenominando lá as mulheres de “viúvas da rodovia”, que morria muita gente, tal. Não era propriamente em Registro. Mas de qualquer forma sempre foi muito importante a necessidade da duplicação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá, deixa eu explicar para o senhor a importância dos dois viadutos. Eles estão parados desde quando?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Eles foram concluídos, salvo engano, no início do ano passado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá, no início. E estão licitando agora para poder fazer as alças?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – As alças.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não é a mesma empresa que vai fazer a duplicação que vai fazer as alças?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** -...realizando a duplicação que vai fazer as alças.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não deve ser, porque inclusive essas empresas... outra poderá ganhar.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor já requereu a licitação para o DNER de Brasília, a realização de licitação?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Nós já... Quem vai fazer a licitação deve ser Brasília. Nós já... inclusive já levamos o assunto ao Banco Interamericano que financia a obra. Ele concordou, e nós estamos preparando todos os elementos de licitação para ser encaminhado à Brasília, que fará a divulgação do edital.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas o pedido do edital não foi feito ainda?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, mas já informamos, já comunicamos, Brasília que será feito.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu fazer outra pergunta para o senhor. São 2 viadutos importantes, e bem dizer que não estão servindo a comunidade. Vai servir a comunidade também, que estão parados, e obra separada da duplicação da Regis. A Regis Bittencourt, quanto que está faltando para completar a duplicação dela?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Quanto está faltando em que...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – De São Paulo a Curitiba. Quanto está faltando?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Em extensão?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Extensão.



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom, hoje... O meu trecho é só no Estado de São Paulo. São 300 quilômetros. Desses 300 quilômetros, nós temos aproximadamente 243 já duplicados, e existe um segmento de 30 quilômetros numa região, num local denominado Serra do Cafezal, que é próxima aqui da cidade de Juquitiba, que ficará a cargo da concessionária, que é o segmento de maior custo da duplicação. Ficar a cargo da concessionária. Então, desses cinquenta e... digamos aí, 57 quilômetros restantes da duplicação, trinta já ficará para a concessão. Nós temos esse segmento que envolve o problema do solo mole, que dá em torno de 18, 20 quilômetros. Esse trecho o DNER vai duplicar. Já foi licitado. Estamos aguardando o resultado da concorrência, esperando iniciar essa obra agora em outubro. Então, nós devemos ter... A nossa expectativa até que em meados do próximo ano, com exceção de 30 quilômetros dessa Serra do Cafezal, teremos os 300 quilômetros no Estado de São Paulo duplicados.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quanto ao problema da (*ininteligível*) que foi feito no colchão, depois que foram feitos os drenos todos, continuou tendo erosões. Foi feita a compactação, e continua tendo erosões. Hoje já foram sanados esses problemas?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Na realidade, esse colchão drenante, em termos de engenharia, ele não tem propriamente essa... não é uma denominação muito correta, porque a gente, quando faz, em termos de colchão drenante, é numa região que tem uma incidência muito grande de umidade, para evitar que haja afloramento dessa água.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É o famoso borrachudo.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Isso.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu explicar para o senhor. O senhor não entendeu o que eu expliquei. Foi corrigido o solo com o colchão, com tudo. É o lote 2, não é?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Dois.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá. Aí veio o DNER... Depois corrigiu o solo com areia, com tudo, com colchão. Aí veio o DNER com a compactação, liberando e aceitando a liberação da compactação, inclusive do dreno. Mas teve umas falhas na drenagem que são galerias, alguma coisa, dreno, sem ser os colchões, que depois de compactado, recebido pelo DNER, continua tendo erosões. Já foi sanado, já está pronto esse trecho do lote 2?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Veja, esclarecendo, esse segmento que foi colocado areia, ele não é em toda extensão da rodovia. Ele foi colocado em pontos localizados, onde retirava o solo mole e recolocava. Era como se formasse um buraco, uma cratera, e recolocava outro solo que foi colocada areia. Isso foi em pontos localizados, não na extensão contínua. Acima dessa areia, veio um outro solo, e posteriormente o último, o fechamento, onde surgiram algumas erosões. Na realidade, essas erosões surgiram porque o serviço ficou exposto à terraplanagem, não foi possível concluir, ela ficou exposta ao tempo. O número dessas erosões é muito reduzido. Quando o Tribunal de Contas levantou... e os pontos que ele mencionou já foram todos eles corrigidos. Já foram todos eles corrigidos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor. A firma que explora, que tem o contrato de exploração, a empresa tem o direito de permissão de uso das faixas de domínio que causou danos, o senhor disse que teve alertar e teve problemas com ela. Ela teve punição por parte do senhor?



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Na época nós interrompemos todo serviço dela. Ela foi... Ela estava iniciando. Como o resultado do trabalho de recuperação dela não estava sendo aceito por nós, nós interrompemos o desenvolvimento do trabalho dela até que ela procedesse essa recuperação. E isso ela fez. Ela recuperou todo o trecho.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então, deixa só eu repetir para o senhor. Os dois viadutos estão parados. Então, vão ter nova licitação, não é isso?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Eles estão concluídos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Eles estão parados.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Sim.

*(Intervenção ininteligível.)*

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - É. Não estão sendo utilizados.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É. Viadutos sem passar o tráfego não é viaduto, é uma obra paralisada.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas deixa eu fazer uma pergunta para o senhor. A São Sebastião, que desde 1970 tem diversos viadutos e pontes abandonadas, existe projeto para continuar essa obra?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não. Eu não tenho nenhum conhecimento. Não se fala, no DNER, da continuidade dessa obra. Essa obra, na realidade, esse trecho que está paralisado, sem nenhuma utilização, refere-se a um trecho em serra, e que na época, foi em 1975, ela destinava, quer dizer, era um programa de Governo de fazer a ligação litorânea Norte—Sul, que previam, como alternativa da rodovia Presidente Dutra, uma ligação entre portos, de Santos até o Rio de Janeiro, substituindo a rodovia Presidente Dutra, que fica aqui no vale. Muito bem, posterior a



isso, com a paralisação, que foi em decorrência da falta de recursos, não houve mais interesse em termos de... nenhuma medida no sentido de conclusão dessas... de que foram na realidade acho que dois segmentos. Outros foram concluídos pelo Estado. Pelo Estado. O serviço que tinha sido executado até então, o Estado aproveitou, através de uma delegação de competência, assumiu e pavimentou. A terraplanagem estava concluída, por exemplo, entre São Sebastião e Bertioga, que é um tipo de um planalto, ele foi concluído e é utilizado hoje como rodovia estadual coincidente com uma rodovia federal. O trecho de serra, que é mais ligado nas proximidades de São Sebastião, funciona quase que como um contorno de São Sebastião, e passa no alto da serra, é uma obra cara, porque são vários viadutos, tem túneis. Essa... não existe, no momento, intenção do DNER de dar continuidade. Não existem recursos previstos para isso, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Como sendo serra, tem muitas obras de arte, como viadutos?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Tem várias obras, algumas iniciadas, não concluídas, e algumas, inclusive, concluídas. Existem algumas obras que já foram concluídas, inclusive. Eu tenho aqui...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas é o trecho de São Sebastião até...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Essas obras que estão inacabadas, é no...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É na serra?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Na serra... Ali, coincidente com São Sebastião.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Não precisa falar a quantidade.

A 381. O senhor tem obra na 381?





**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Temos. Estamos executando a duplicação junto com... através de um convênio DNER e o Estado de São Paulo, o DER. Quem licitou e executa a obra por delegação é o Estado de São Paulo. O DNER participa com recurso e a obra é financiada e está hoje em execução.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - A BR-153...?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - A BR-153 é a rodovia... Hoje não temos obra, assim, de vulto, temos obra relativamente pequena, que são obras de restauração, com pavimentação de acostamento. Ela interliga Minas até o Estado do Paraná. E esse segmento que se refere contorno de Ourinhos, que é próximo da divisa, hoje nós não temos obras.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Bom, nós temos a 116, que é a Fernão Dias, não é?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Fernão Dias é 381.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É 381, que é delegada.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Só a execução das obras.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O senhor tem algum conhecimento de alguma irregularidade nesse contrato com o DER de São Paulo com as empreiteiras? O senhor está a par?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Estou.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Já foi resolvido esse problema desses contratos?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Em que sentido? Porque os contratos, hoje, estão em andamento, a obra está em andamento, está sendo executada, e a previsão é que dentro do Estado de São Paulo nós devemos estar... hoje nós temos... falta pouco para ser concluída a duplicação.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É porque foi utilizado 53% reajuste do contrato, que, na época, representou mais de 10 milhões de reais, de acordo com o TCU, na época. E mesmo assim o TCU determinou que não pagasse esse reajuste, e assim mesmo o Governo do Estado pagou esse reajuste a essa empresa. O senhor está a par do serviço que está sendo feito? O senhor está a par de como está a obra? O senhor tem acompanhado... A fiscalização é do senhor?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - É. A fiscalização. Nós supervisionamos a fiscalização, o andamento das obras por parte do Estado de São Paulo, inclusive a parcela que o DNER transfere aos... recursos transferidos ao Estado de São Paulo para cobrir parte dessas despesas, ela é decorrente de uma medição elaborada e submetida a nós, aqui, que nós aprovamos ou não. Bom, com respeito a essa... esse aditamento acima dos 25%, em torno dos cinqüenta e pouco por cento...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Cinqüenta e três...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Cinqüenta e três por cento. Isso, na época, foi proposto ao DNER, e o DNER não aceitou, formalizou, inclusive, que não aprovava e não assumiria a parcela do Governo Federal que excedesse a 25%. Ou seja, os aditivos que excedessem a 25%, o que coubesse ao Governo Federal não seria assumido pelo DNER, pelo Governo Federal. Então, o excedente, isso foi assumido pelo Estado de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O senhor conhece todos os contratos da Mendes Júnior, não é?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - É. Esse foi um dos primeiros contratos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mendes Júnior, 68 quilômetros, 53 e 73. A maioria é Mendes Júnior, depois Ivaí e Equipan, não é isso?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Equipart.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Os contratos foram todos paralisados dentro dessas empresas? Todos estão paralisados?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não. Esses contratos, eles foram o que nós denominamos de primeira fase. Nós estamos hoje na terceira fase desses... da execução da obra. Esses primeiros começaram com o advento do Plano Real, e a própria lei do Plano Real previa que, em contratos, as empresas tinham a liberdade... poderiam optar na continuidade ou não desses contratos porque teria que ser feito uma readequação do custo da obra em relação ao plano que estava sendo aplicado pelo Plano Real. Na época, essas empresas não concordaram e optaram pela rescisão contratual.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E o DNER aplicando somente a multa do contrato.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Aí o contrato não era do DNER, era com o Estado de São Paulo. Mas as empresas tinham o respaldo legal da lei de que eles poderiam não repactuar o contrato. E não repactuando eles poderiam até... ou eles concordavam ou não. A lei dava aí essa condição à empresa. E ela não considerou a repactuação nos moldes que o DNER exigia.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas a obra... O contrato foi pago mais de 80%, todos eles.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Da época...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Com o aval do DNER, com mais de 80%.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Veja, na época... Aí, eu preciso ver os dados... Eu, sinceramente, não tenho aqui esses dados referentes à 381. Mas como eles não concordaram, os contratos foram reincididos e foi feita nova licitação.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Bom, aí foi feita uma vistoria do DNER nesses contratos que já tinham recebido 80%. Depois dessa vistoria, o próprio DNER fez uma vistoria em 95, em setembro de 95. O senhor estava no órgão, ainda? O senhor já estava no órgão?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Em 95 foi quando eu assumi aqui.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Tá.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Em agosto de 95.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Em 95. E o próprio DNER constatou uma... que o que foi recebido e executado foi bem menos.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Em 95 foi menos. Foi executado bem menos...?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - ... do que receberam.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não, realmente eu não tenho essa informação, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É. Eu vou... O próprio TCU... O serviço foi medido todo 10% a mais. O próprio TCU concordou, notificou e o próprio DNER ficou de tomar providências. Não foi tomada providência.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Nessa primeira fase...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Aliás, apenas 10% desses contratos foram realizados. E executando mais de 80% do valor. Deixa eu explicar para o senhor. Quais foram as medidas que foram tomadas com essas empresas? Porque a licitação inicial foi com o DNER.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não, foi pelo DER. Sempre foi pelo DER de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas com o aval do DNER.



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - É. Esses contratos são... A licitação... O edital, ele tem que ser aprovado pelo DNER e pelo banco financiador. Após o resultado da concorrência tem que ser submetido ao DNER. Nós recebemos aqui e encaminhamos à Brasília, que analisa, e o Conselho de Administração aprova e também o banco tem de aprovar. Então... e estava dentro da... Porque o edital tem que ser o edital-modelo do DNER, que é feito. Mas o motivo da rescisão dos contratos...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas o senhor não tem... não está a par dessa situação?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não, dessa aí não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O senhor simplesmente pega as medições, confere e encaminha para Brasília?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não, nós... Aqui, nós, quando nós recebemos uma medição, quer dizer, nós temos uma equipe que faz uma avaliação, nós não fazemos propriamente a medição de campo, porque quem faz é o DER. O DER é o órgão que fiscaliza as empresas que ele contrata. Então, nós fazemos uma avaliação dos serviços que estão sendo executados. Não temos isso por força do convênio, porque quem fiscaliza no detalhe é o DER de São Paulo, que é ele que é o contratante.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas quem é o pagador é o DNER?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - O DNER participa desse pagamento. Existe a contrapartida do Estado, também. Então, nós recebemos e nós avaliamos. Aquilo que nós achamos que está de acordo nós encaminhamos à medição para...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E a consultoria do DNER?



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - A super... O DNER tem um apoio gerencial. Temos um contrato de uma empresa de consultoria que participa no gerenciamento desse contrato. A supervisão é um outro contrato do DER de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas deixa eu falar para o senhor. Essa mesma empresa não teve punição, e ela pôde participar da concorrência depois?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Essas empresas?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Olha, elas... elas puderam, mas nenhuma delas foi vencedora. Porque a lei facultava a empresa a não aceitar a repactuação do Plano Real. Por isso que houve a rescisão na época.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Vou ler aqui, inclusive: "Em 29/9/95, o DNER realizou vistoria nesse trecho, concluindo que, em média, o serviço executado corresponde a 10% do total contratado." Está aqui no processo do TCU, Sr. Presidente, Sr. Relator. E essa obra está em obra ainda?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Está. Eu acredito que o sentido, quando o DNER deu de 10% do contratado, é porque as empresas, basicamente, elas executaram, quer dizer, muita, executaram relativamente pouco em relação ao projeto que se pretendia, não que tivesse, vamos supor, recebido muito e executado pouco.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: tem mais obras paralisadas no... mais rodovias paralisadas por falta de recurso ou por ordem judicial, ou por intermédio do TCU, alguns trechos paralisados, em algumas outras rodovias paralisadas?



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não, nós temos hoje, por exemplo, uma obra paralisada por falta de recurso, essa do contorno de Ourinhos, que nós temos lá um contrato de execução desse trevo, que não pôde ser continuado, não houve condições nem de iniciar essa obra, por falta de recurso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E restauração, recuperação e restauração?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Restauração...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Adequação de trechos.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Adequação de trechos nós temos... Os contratos que nós temos estão em andamento. Hoje o que nós temos de maior dificuldade, que nós temos hoje, em termos de falta de recurso é exatamente para manutenção das rodovias, a conservação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - As balanças estão funcionando aqui no Estado de São Paulo?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - As balanças estão funcionando. Nós estivemos paralisados por algum tempo. Na Rodovia BR-116, Régis Bittencourt, nós temos duas balanças, uma está funcionando, a outra está funcionando com uma balança portátil, porque a balança fixa, a praça, pela paralisação, houve depredações, que nós temos de fazer uma recuperação, quebra de vidros etc., temos que fazer uma recuperação, mas estão funcionando as balanças pela qual a empresa foi contratada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E onde é o prédio dessa balança que está paralisada? Está abandonada ou está com segurança?



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não, hoje, a empresa está operando, utilizando uma balança que nós chamamos balança portátil, uma balança móvel, mas está sendo utilizada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então, todas balanças que o DNER passou aqui estão funcionando?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Estão funcionando.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E a residência do DNER? Estão desativadas ou estão todas funcionando?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Estão todas funcionando, residências, unidades descentralizadas nossas aqui estão funcionando.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Com esse novo programa do Governo em transformar, mudar o DNER, qual a utilização é dada a esses terrenos?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Bom, veja, essa reforma que o Governo pretende fazer e está fazendo, esses... O acervo que existe do DNER passará para o DENIT, um novo departamento, Departamento Nacional de Infra-Estrutura Viária de Transporte, e então haverá, ele assumirá esses imóveis, inclusive deverá ter essas residências, deverá ter a sede do distrito etc.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Obrigado. Sr. Presidente, então, encerrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Clovis Volpi.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Dr. Deuzedir, acertei. Não vou cansá-lo, não, até porque os nossos companheiros Deputados já fizeram aqui todos os questionamentos quase que possíveis de serem feitos. Eu queria só fazer uma pergunta de cunho pessoal, para que nós possamos mantê-la na relatoria desse





caso. Do ponto de vista profissional do senhor e da responsabilidade que o senhor tem perante o órgão, essa rodovia do litoral norte, que está paralisada há muito tempo, ela teria hoje alguma importância para ser discutida, se concluída ou não? Do seu ponto de vista, ponto de vista técnico, e da responsabilidade que o senhor tem pelo cargo, o que que o senhor acha?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Esses segmentos que estão paralisados hoje, porque essa rodovia que antes se pensava como uma via de alternativa de ligação, de atendimento aos dois portos, inclusive ao Porto de São Sebastião, que é por onde passa a rodovia, Porto de Santos, interligando Santos ao Rio de Janeiro, hoje, essa ligação já, de certa forma, ela já existe, através de parte em rodovias federais, federal, e parte em rodovia estadual. Ela é uma rodovia hoje, ela é essencialmente turística, a utilização dela é muito mais turística, tanto é que, fora da época de temporada, a redução do tráfego é bastante intensa, no nosso segmento é muito reduzido, quer dizer, muito reduzido. Existem alguns segmentos, como, por exemplo, nas proximidades de São Sebastião, onde existe esse porto, que é o trecho de maior repercussão em termos dessa obra inacabada. Ela, hoje, quer dizer, há necessidade, devido a uma interferência de um tráfego rodoviário, é um tráfego urbano, porque ela... participa muito da área...

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Ela passa por dentro, praticamente.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Passa por dentro, praticamente, ela é importante. Eu acho que caberia, talvez, uma, quer dizer, uma reavaliação, em termos de, talvez, uma revisão de projeto, torná-la mais econômica, que, na época, foi a época do famoso...

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – O comunismo brasileiro?



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Exatamente. Então, foi nessa época da ditadura que foi elaborado o projeto. É um bom projeto, é um projeto, inclusive, embora naquela época não existisse toda essa preocupação no sentido da preservação ambiental, mas já se tinha, já se procurava fazer. Hoje, é lógico, é muito mais aprimorado. Houve uma época que o próprio Estado de São Paulo teve interesse em utilizar esse segmento, quando ele tinha um projeto de uma rodovia chamada Rodovia do Sol, interligando aqui o planalto com São Sebastião.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – A Rodovia do Sol, essas obras paralisadas fazem parte dessa Rodovia do Sol, não?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, ela não faz parte da Rodovia do Sol. Mas na época, foi um período que eu, inclusive, estava como chefe do distrito aqui, eu fui indagado, fui contactado pelo Secretário de Transportes do Estado de São Paulo se o DNER concordaria em ceder esse trecho para ser incorporado na Rodovia do Sol. Eu disse para ele que sim, embora, independente de uma consulta, ainda, formal junto à instância superior, mas eu acreditava que não haveria nenhuma dificuldade quanto a isso. É uma... Essa rodovia litorânea, ela é hoje utilizada essencialmente por turista, e esse trecho, esse segmento, que faria parte, talvez, até de uma ligação com o planalto, e essa ligação é mais de interesse estadual. Eu acho que é uma obra que para ter continuidade, eu interpreto que ela é muito mais de interesse estadual, interesse local, do que propriamente dentro de um regime, dentro de um interesse a nível nacional.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Para concluir, das obras inacabadas que tem o DNER no Estado de São Paulo sob sua jurisdição, essa seria a que mais deu prejuízo à União?



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Eu acho que sim, porque as outras que nós relacionamos, algumas delas já estão concluídas. Esses casos de São Paulo–Curitiba são obras...

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Mas essa é a de maior prejuízo para a União.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Essa é a de maior prejuízo.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** - O senhor saberia quantificar isso em reais?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Eu tenho aqui na relação o custo que houve, vamos supor, do valor contratual, inclusive. Eu procurei colocar em termos de até em dólar também da época, porque os contratos foram realizados em cruzado. Então, por exemplo, um segmento, exatamente esse talvez de maior custo que teríamos aqui, Caraguatatuba–São Sebastião, que são 8,7 quilômetros, ele tem um... Não, não é o maior de todos, não, mas é expressivo. Ele, na época, foi de 1 milhão 295 cruzados, mil cruzados, quer dizer, correspondente a 19 milhões de dólares, na época.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Esse trecho?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, esse trecho e...

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – São os quatro trechos paralisados, né?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – São quatro trechos, são quatro trechos. Eu tenho todos ele aqui mencionados.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Está bom. Eu só fiz menção para nossa Relatoria, Presidente, porque, na realidade, é uma obra que não se tem discutido muito, é semifeita, e a sua importância é que realmente eu não tinha idéia de ter aqui, de que importância ela teria para a economia do Estado, para a economia da



União. Para a União, nós chegamos à conclusão que a economia é muito pouca, hoje; ao Estado é que interessaria muito mais.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É. Com a reativação, talvez, assim, uma... poderia ser utilizado esse segmento, nesse caso de São Sebastião, vamos supor, com o desenvolvimento do Porto de São Sebastião, que eu acredito que futuramente será uma outra ligação, porque hoje existe uma ligação estadual de São José dos Campos a Caraguatatuba, que é uma estrada que necessita realmente ser ampliada, é uma estrada estadual.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – É uma que sai em Taubaté?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, não. Antes. Taubaté é uma outra rodovia de uma condição pior. Ela liga Taubaté a Ubatuba. Essa que eu digo seria a Rodovia dos Tamoios, de São José dos Campos até Caraguatatuba, que, inclusive, tem a comunidade reivindicando a duplicação, mas eu acho que é mais uma questão de interesse estadual.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Então, complementando para a Relatoria e para Presidência, é de que essa talvez seja uma das obras que a União tenha perdido mais dinheiro, que está paralisada, semifeita, e que nós, às vezes, não damos muita atenção a ela, porque as outras, pela importância que têm no tráfego interestadual acabam merecendo maior atenção. Mas gostaria de registrar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Regis Cavalcante.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Bom, sobre essa rodovia, eu testemunho, e acho que caberia no relatório desta CPI, que é o monumento ao aumento da dívida pública deste País e à falta de democracia que vivemos.



Exatamente nesse ano, em 75, estava no Governo um general, o general Médici. Então, é o referencial de que neste País pouco se discutia nem as questões ambientais, nem que projeto ou linha de desenvolvimento poderia se ter. E, aí, nós temos um monumento ao desperdício e à irresponsabilidade daqueles que, de forma autoritária, mandaram e desmandaram neste País. Agora, eu queria, apenas para encerrar, duas coisas que, para mim, gostaria de um esclarecimento de parte de V.Sa., exatamente quando se refere à questão do erro de conferência, aos milhões de prejuízos que nós tivemos, se alega, inclusive, no relatório do próprio TCU, onde identifica as irregularidades dessas obras, principalmente dessa última, da Régis Bittencourt, que se nomeiam os papagaios como vilões da história. Eu gostaria de saber como, que procedimento se faz, por exemplo, na questão do EIA/RIMA, dos relatórios de impacto ambiental, se essas obras começam antes da aprovação desses relatórios, porque em todo o momento do que é constatado pelo TCU, esses relatórios de impacto ambiental, eles são contestados e apresentam irregularidades, se a praxe do DNER é permitir o início da obra sem a devida aprovação do projeto de impacto ambiental em curso, porque as falhas que são admitidas estão no curso desse próprio processo de não se verificar a importância do EIA/RIMA para a intervenção de qualquer obra, em qualquer parte deste País. Segundo, o senhor, ao começar a sua explanação, diz que já respondeu isso ao Ministério Público. Eu perguntaria também: existe alguma ação civil pública mobilizada, manifestada pelo Ministério Público em relação a essas obras que estão sendo apontadas como irregulares no TCU? Eram essas, porque, no restante, foram bastante abrangentes as perguntas dos demais Deputados. Muito obrigado.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Bom, eu, na realidade, quer dizer, nós respondemos uma consulta da Procuradoria da República, não foi propriamente o



Ministério Público, foi o Ministério Público Federal. Fui consultado, eu recebi uma consulta a respeito dessas... mas não existe uma ação civil pública sobre essas obras. Foi apenas uma consulta, nós respondemos, na época; nós fomos consultados em 97, fizemos a resposta sobre essas obras, principalmente, no caso, especificamente, no caso da Rodovia Rio–Santos, daquelas obras paralisadas. O DNER, ele não permite, nem teria condições de permitir o início de uma obra sem uma aprovação do EIA/RIMA. Ele, isso, inclusive, não só do EIA/RIMA. Primeiro, antes, quando se pretende fazer uma obra, quer dizer, ele tem previamente de elaborar um EIA/RIMA e submeter à aprovação dos organismos competentes, Secretaria de Meio Ambiente, CONSEMA etc., estadual, que analisam, recomendam e aprovam, se for o caso, esse EIA/RIMA. No caso da São Paulo–Curitiba, isso foi feito, foi realizado, foram realizadas todas as audiências públicas pertinentes. Fora essa aprovação do EIA/RIMA, para, quando se licita e contrata a obra para empresa se instalar, ela tem que ter uma licença de instalação, senão ela não poderá iniciar uma obra. Então, mesmo durante a execução dessa obra, com todas essas licenças, e cada, vamos supor, cada jazida que é utilizada, cada, vamos supor, uma área que nós chamamos de caixa de empréstimo, ou seja, uma área que vai ser terraplenada para usar aquele material na execução da obra, tem que ser também especificamente essa área previamente autorizada. Quer dizer, durante todo o desenvolvimento da obra, nós temos diversas autorizações que são concedidas. E esses organismos, eles vistoriam, eles inspecionam a obra. Temos aqui tanto a Secretaria do Meio Ambiente, como o próprio IBAMA... faz inspeções periódicas sobre o desenvolvimento da obra, tudo aquilo que é... desenvolvido. E todas as recomendações, posteriormente, nós temos de encaminhar relatórios a respeito disso. Nós contratamos, através, por exemplo, dessas empresas de supervisão,



técnicos especialistas sobre a área ambiental. Então, há um acompanhamento intenso. E, hoje, o DNER, ele... inclusive sentindo a importância dessa parte ambiental, até dentro da sua própria estrutura existe um setor específico na área ambiental. Então, hoje... E mesmo até os organismos financiadores... A parte mais difícil de se ter uma aprovação de um projeto de financiamento é exatamente no tocante à parte ambiental. Então, hoje, a ambiental, realmente, é levada a sério, e as coisas acontecem, assim, de forma realmente... atendimento a toda legislação pertinente a esse assunto. Então, hoje... E, muitas vezes, durante o desenvolvimento, mesmo aquilo que é previsto durante um projeto, porque o projeto, ele é feito, mas são necessárias certas adequações durante o desenvolvimento de um... de uma... a execução daquele projeto. Porque só... porque todos os dados constantes de um projeto de engenharia são dados estimados. É feita alguma sondagem do tipo de solo, mas não é possível detectar todas as dificuldades que poderão advir disso. E, durante a execução, surgem situações realmente não previsíveis. E, na parte ambiental, também acontece isso. Eu não sei se... Tinha uma outra pergunta... Ah, sobre o... a questão da ação civil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Já respondeu?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, já respondi. Não existe ação civil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria, antes de encerrar, fazer-lhe duas perguntas: o senhor respondeu rapidamente a respeito de um trecho — foi até a pergunta do Deputado Clovis Volpi —, a respeito do prejuízo. Então, é uma questão mais da inclusão no relatório, pra que a gente possa...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Pois não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) –... né, em relação às obras inacabadas. O senhor falou que 8,7 quilômetros custaram um prejuízo em torno de 19 milhões de dólares...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Fala da Rio—Santos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Hã, hã.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, não é propriamente... não é o prejuízo. Ele... o custo, estava previsto um custo, mas não foi utilizado.

*(Intervenção ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, mas 60 milhões em termos de... que foram gastos.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, por exemplo, nós temos, entre um segmento de Ubatuba a Caraguatatuba, o valor contratual, na época — acho que falando em dólar, porque era cruzado, cruzado, né? —, era em torno de 10... 10 milhões... 10,8 milhões de dólares.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Foi quando o real era forte, viu?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Como?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Naquele tempo, quando o real era forte e a economia era estabilizada, coisa do passado.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, aqui era cruzado. Não, é cruzado, é de 75.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas minha pergunta é a seguinte: isso foi gasto?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, o valor contratual foi de 10 milhões e 800 mil dólares. Foram gastos 5,4. Foram gastos 50%. Esse trecho Ubatuba/Caraguatatuba, ele... grande parte dele, quer dizer, depois se incorporou à





rodovia estadual. Na implantação, quer dizer, tem um outro trecho de Caraguatatuba a São Sebastião, que é o tal de 8,7 quilômetros, a previsão do... o valor contratual, quer dizer, a previsão inicial da obra era de 19,4 milhões de dólares, e foram gastos apenas 8,3 milhões de dólares naquela época, correspondentes a 42% da obra. Nesse nosso tempo, foi feita terraplanagem, alguns viadutos foram iniciados, alguns viadutos foram concluídos e grande parte da terraplanagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Tomar o exemplo que o Deputado Clovis Volpi falou: nós estamos dentro de um protótipo de dinheiro que foi gasto...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, em alguns pontos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – É por causa...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Essa parte da serra... Vamos supor que haja um interesse de governo, alguma coisa, ou do Estado de querer continuar a obra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Está parada, lá, a obra?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** –... tem condições. Está parada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Está parada e essa... esse investimento daqui, de 8,5, 13 milhões de dólares?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Foi?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Foi. Esse, por...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – E esse dinheiro é como se gastasse sem necessidade...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, está no meio do mato, se... se o Governo, se o Estado, governo ou...

**(Não identificado)** - Está lá parado esse...

**(Não identificado)** – Está lá parado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Esses 15 milhões de dólares...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Se quiser continuar, pode continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Está parado lá.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Está parado. Não houve mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Oito e meio, treze...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Mas só... Não está sendo utilizando nenhum pedaço desse trecho.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Quinze... 14 milhões de dólares, não é isso? É em torno disso?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – O total? É, mas aquele primeiro que eu citei, de 5,4, está sendo utilizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, mas...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Esse que já foi investido ali, seria, vamos supor, nesses dois segmentos... totalizam 13,7 milhões de dólares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – E mais... o complemento?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mais o complemento. Tem mais recursos, aí, gastos, aí, nessa...



**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Tem mais o segmento entre, por exemplo, São Sebastião, no Município de São Sebastião, que é correspondente quase que a um... um tipo de um contorno da cidade de São Sebastião. Existia, na época, uma previsão de 20 milhões de dólares, à época. E foi realizado 24%, 25% desse serviço, que foi em torno de 5,2 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mais 5.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Mais 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Tem mais?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – O outro trecho, que é exatamente São Sebastião a Bertioxa, o que foi feito, posteriormente, o Estado concluiu e... utilizou desse serviço, que foram gastos 14 milhões, mas foi utilizado. Esse aí está em operação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, mas... ele está em operação, mas não no objetivo primeiro. Quer dizer, foi concluso em incorporação mais na frente. Quer dizer, se tivesse colocado, essa obra não teria sido feita.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Esse trecho, se o Estado... Vamos supor que o DNER não tivesse feito isso; o Estado ia ter de fazer, porque realmente as condições da rodovia, na época, do Estado, eram bastante precárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só são esses 4 trechos ou tem mais?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – São 4.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Dá uns 32 milhões de dólares.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É.



**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Não, Damião, eles estão usando as duas pontas...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, não, tem... tem algumas... as pontas são...

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – A outra ponta está sendo utilizada.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, foi aproveitado. É só o meio... Exatamente. Na realidade, é um segmento ali. Agora, no caso da...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Como eu digo, está sendo utilizado assim como um aproveitamento, quer dizer, aproveitaram e estão usando. Quer dizer, se a idéia fosse pra fazer a rodovia, é...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, mas teria que ser feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Porque o projeto original... o projeto original não está sendo utilizado, quer dizer, foi aproveitado porque estava feito, pegaram um pedaço e em torno de... o meio disso aí está perdido, que são em torno de 14 milhões de dólares.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, porque... veja, se não fosse utilizado isso pelo Estado, o Estado ia ter de fazer um outro trecho pra ele. Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, mas aí é...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Agora, bom...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Só, é... com respeito, às vezes, sobre a questão de prejuízo etc. No caso da São Paulo/Curitiba, das alças, não foi que o DNER... quer dizer, ele não gastou mais. O prejuízo é porque essas obras concluídas, por enquanto, ainda não estão sendo utilizadas. Mas o que foi feito não é perdido. O que foi feito vai ser... evidentemente, ser utilizado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) É, mas acontece o seguinte: que... Agora, eu (*ininteligível*) Deputado Coser... As coisas quando são públicas, a gente tem um sentimento, né; quando ela é privada, o sentimento é completamente diferente.

*(Intervenção ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) Não, não tinha acontecido. Porque o problema é o seguinte: a obra... tudo bem, não teve prejuízo, mas ela precisa ser complementada. E esse recurso vai ter que sair do recurso da União, quer dizer, prejuízo vai existir. Se vai ser amanhã ou depois, mas o prejuízo vai existir.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – É, mas esse recurso teria de sair de qualquer forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não, mas não tinha que sair, não, porque teria de ser incluso no projeto, quer dizer...

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** – Não, o projeto prevê.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, não, mas...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Concede-me um aparte, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Na prática, a pergunta que nós temos que fazer é a seguinte: se foi na gestão dele esse ato de começar e não concluir, fazer as duas pontas e não concluir o meio ou se foi uma coisa anterior, que o responsável por ele é outra coisa. E se este projeto continua viável e importante pra saber se, na Comissão, nós temos alguma contribuição a dar, né? Então, por que paralisou, por falta de recursos, se ela continua sendo, do ponto de vista econômico



e social, importante, porque ela não está nas prioridades do Estado de São Paulo, e se foi na gestão do senhor frente ao órgão que ela foi iniciada e paralisada.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - No caso da Rio—Santos, não foi numa gestão minha; isso foi bem anterior. No caso da São Paulo—Curitiba, quer dizer, o projeto contemplava as alças. Ela não foi executada porque os quantitativos não participavam. É importante, é, sem dúvida, importante, tanto é que está prevista a sua execução agora. Devemos colocar agora em concorrência pública. A perda, na realidade, é apenas da utilização desse viaduto que foi concluído, já poderia estar sendo utilizado, não foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, mas a terraplanagem não estava inclusa?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não. É essa a questão. Não estava inclusa a terraplanagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Vou te fazer uma pergunta no final. Veja bem: é só também pra esclarecimento em termos da nossa Comissão. Eu vi uma coisa interessante em relação ao papagaio do peito roxo. Veja, é uma coisa interessante. Vem o grupo ambiental — aqui no Brasil tem umas coisas, eu digo só pra poder enriquecer também o nosso relatório, como contribuição —, vem o pessoal ambiental e instrui: "Ah, não pode mexer aqui, não, porque aqui apareceu uma espécie rara de um papagaio do peito roxo." Aí, o DNER, o órgão responsável, suspende a obra. Essa obra, por causa desse bendito papagaio, passou seis meses de atraso. E o que é que significou quando eu li a respeito do assunto? Nessa época, aconteceram mil... quase três mil acidentes na rodovia, o que representou mais de 1.500 acidentados, o que deu 185 mortes. Então, o Brasil pára uma obra de importância para o ser humano no sentido até de morte, até de



acidentes fatais por causa de um papagaio do peito roxo. E 185 pessoas morreram em função do atraso dessa obra de seis meses. Qual é a sua opinião a respeito disso e qual é a contribuição que poderia dar em relação à análise dessas questões ambientais, pelo menos na questão da rapidez? Inclusive o pessoal fala que não resolveu o problema do papagaio, não: o pessoal anda tirando o papagaio e vendendo o papagaio.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Hoje, quer dizer, eu sou favorável à questão de preservação dessas espécies. E quando a gente lê a respeito, realmente admira sobre isso. O que eu acho é de que realmente tem de ter todo respeito na preservação ambiental; qualquer que seja a espécie, tem de haver. Hoje, todos os empreendimentos... Isso é exigido, a lei é rigorosa com respeito a isso e nós temos que cumprir. A minha preocupação, na realidade, é de que nem sempre os organismos estão preparados, os organismos nessa área ambiental, para atender à grande solicitação que... ela é gerada em termos de necessidade de se darem soluções rápidas. Então, muitas vezes, nós tínhamos um atraso no desenvolvimento da obra por não ter uma resposta rápida. Não é que isso tivesse, por exemplo... O prejuízo dessa... A questão do papagaio foi muito mais em decorrência de uma solução do que o advento em si, vamos supor, do gasto, com respeito ao seu monitoramento. Então, nós fizemos dois contratos de monitoramento que, em termos de custo, não são tão expressivos, mas em termos de tempo que se levou pra ter sido dito, que é da necessidade de se fazer, foi grande. Então, eu acho que os organismos ambientais, quer dizer, a lei... ela cresceu. O desenvolvimento nessa preservação é grande, e não deu talvez tempo ainda pra esses organismos se estruturarem adequadamente pra enfrentar essa grande demanda que existe.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Ontem, o Banco Central... Eu estava até analisando a questão administrativa. O senhor não acha que o DNER, administrativamente, comete muitos deslizes a respeito desse viaduto que está lá há quase dois anos parado, sem utilização? Não foi uma questão administrativa de cálculo, de erro?

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Esse da São Paulo—Curitiba?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Hã, hã.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não, não foi um erro, vamos supor, de cálculo, nada de projeto, não foi nada, porque o projeto estava previsto. Foi uma questão de, vamos supor, um erro administrativo, talvez, de um funcionário, de ter considerado aqueles quantitativos ou não. Não é um erro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, vai cair exatamente na linha que eu estou colocando, ou um erro administrativo. Isso causou problema no Erário público, como está causando hoje.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - A não-utilização...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Quer dizer, ele deve... Nós precisamos, em determinado... Eu digo porque nós precisamos constar no relatório. Por que é que existem obras inacabadas neste País? Não é por questão administrativa, não é? Quer dizer, o sujeito lá não fez o cálculo direito, erro humano está aí. Nós estamos pagando por isso.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Mas é muito pouco isso. Na realidade, nós temos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – É bom que seja muito pouco.





**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Realmente é difícil de isso acontecer. Agora, grande parte, às vezes, das obras que são inacabadas, paralisam, na grande maioria é por falta de recurso realmente. E, às vezes, uma obra fica mais cara por falta de recurso, porque qualquer paralisação... Quando se faz um projeto, é feita uma avaliação da situação atual. Se existe uma demora na execução desse projeto, as características que foram elaboradas no projeto se alteram totalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Queria agradecer a presença de V.Sa. aqui na nossa Comissão, que contribuiu bastante para enriquecer naturalmente em contribuição para o Relator colocar no seu relatório final, que nós devemos em breve votar. E, naturalmente, a contribuição pra que a gente possa fazer e a contribuição para o País, em relação à questão dessas obras que estão inacabadas. Gostaria de passar também um questionário para V.Sa. para o senhor responder para a nossa Comissão num prazo de 15 dias, ou o que fosse necessário, também pra contribuição em relação ao nosso relatório. Muito obrigado.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Pois não. Esse aqui, se os senhores se...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – É claro que nos interessa.

**O SR. DEUZEDIR MARTINS** - Não sei quantos. Se houver necessidade de mais de uma via, eu tenho também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não, vai pra Comissão. Se tiver, eu gostaria naturalmente, né? Bom, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão, convocando, amanhã de manhã, para as 9h, aqui uma audiência pública novamente. Nós temos uma audiência com o Governador aqui do Estado de São Paulo, amanhã às 11h... 11h30. Está encerrada a sessão.